

**JACKLINE DIAS DO NASCIMENTO**

**IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DO  
BAIRRO “CIDADE VELHA” EM BELÉM - PA**

**Rosana**

**2026**

JACKLINE DIAS DO NASCIMENTO

IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO DO  
BAIRRO “CIDADE VELHA” EM BELÉM -PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Turismo da Faculdade de  
Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Henrique  
Teixeira da Silva

Rosana

2026

|       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| N244i | <p>Nascimento, Jackline</p> <p>Identidade, pertencimento e patrimônio cultural por meio do bairro "Cidade Velha" em Belém - PA / Jackline Nascimento. -- Rosana, 2026</p> <p>76 p.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Turismo) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Engenharia e Ciências, Rosana</p> <p>Orientador: Rafael Silva</p> <p>1. Patrimônio cultural. 2. Identidade. 3. Pertencimento. 4. Cidade Velha - Belém, PA. 5. Mapas mentais. I. Título.</p> |
|-------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

JACKLINE DIAS DO NASCIMENTO

TÍTULO: IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E PATRIMÔNIO CULTURAL POR MEIO  
DO BAIRRO “CIDADE VELHA” EM BELÉM - PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Turismo da Faculdade de  
Engenharia e Ciências - Câmpus de Rosana,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Rosana, 23 de junho de 2026.

Componentes da Banca Examinadora:

---

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Rafael Henrique Teixeira da Silva

---

Membro Titular: Prof. Dra. Patrícia Denkwincz

---

Membro Titular: Prof. Dra. Camila de Brito Antonucci Benatti Braga

## DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar, pois não consigo pensar na minha vida sem essas pessoas, então dedico esse trabalho e agradeço aos meus pais e ao meu irmão, por serem corajosos, impulsionadores e dedicados em me apoiar, independentemente das situações difíceis ou complicadas que surgem no cotidiano da vida. Graças ao esforço deles no silêncio da distância, o primeiro membro da família entrou, estudou e conseguiu um diploma em uma universidade pública. Obrigada por acreditarem nesse sonho e por sonhá-lo comigo. Vocês são o alicerce da minha vida e da minha caminhada pelo mundo, nada disso teria sido possível sem o amor, o amparo e a confiança que sempre me ofereceram. Meus eternos amores, esta conquista também é de vocês. Além disso, agradeço aos meus familiares que moram no interior, principalmente a minha avó, Maria das Graças, sei que orou muito por mim durante essa jornada. Agradeço também a avó Maria (em memória), as lembranças do seu carinho são preceitos que carrego na alma. Segundo, agradeço e dedico esse trabalho também ao parceiro que encontrei durante a realização desse sonho: Lucas. Obrigada, meu amor, por tudo que és e por tudo que demonstraste ser todos esses anos, e à família dele, imensamente obrigada. Vocês são seres humanos admiráveis e exemplares que tive a sorte de conhecer e conviver.

Durante o percurso da vida, sempre tem o núcleo fora do lar em que nascemos, mas que ainda assim se situa nas nossas primeiras interações sociais e sou uma pessoa com sorte, pois sempre estive, desde o começo, rodeada de pessoas que também me proporcionaram coragem e muito apoio para fazer essa jornada acontecer. Entre milhares de pessoas pelas quais sou grata, cito aqui alguns indispensáveis: Adriano, Gabriela, Vitória, Matheus, Rafaele, Luan. Belém sempre se torna um lugar bom para se retornar, graças a vocês; amo vocês.

Sobre o meu tempo em São Paulo, entre os estudos e me reconhecer como sujeito que constrói sua personalidade longe dos moldes do lar e dos conhecidos. Perceber que além do diploma ser um dos prêmios da jornada, existem relações valiosas que ganhei, pessoas que encontrei no meio dessa jornada, anjos que chamo de irmãs e com quem tive a sorte de conviver. Para essas amigas-irmãs que a vida me deu, sem vocês, não teria sido minimamente fácil e nem alegre cada passo que dei fora de casa; a vida cheia de aventuras na universidade e a Jackline atual não existiriam. Obrigada por cada abraço, momento de cumplicidade, choro e reviravoltas dignas de filme de sessão da tarde, obrigada pelas broncas e por estarem presentes. Esse não é um agradecimento de fim de uma caminhada juntas, mas uma celebração de que vocês são pessoas com quem pretendo sempre compartilhar a beleza da vida. Amo vocês: Ana Luiza, Camilly Bianca, Thainara Damascena, Nathalia Gomes, Gloria Geovana, Julia Maciel. Complemento aqui para não esquecer, aqueles que também são indispensáveis, carismáticos, inteligentes e marcantes para caso fosse contar uma história da minha vida em Rosana: Deputado, Du, Pupusa, Xena, PedroLoko, Ziplock, London, Bebezinho, Hematoma, Bicicleta e Mansinho. Além de muitos outros que não caberiam aqui; vocês são incríveis; qualquer um que tiver a chance de conhecê-los terá, assim como eu, o prazer de chamá-los de amigos. Desejo sempre o melhor para cada um, do fundo do coração.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a cada professor desde o ensino básico até a universidade, cada passo nesse caminho acadêmico é graças a essas pessoas e seu amor pelo ensino.

Agradeço em especial e imensamente ao Prof. Dr. Rafael Henrique, já que sem ele esse trabalho não seria possível, só consigo pensar no quanto dei trabalho para esse ser humano e o quanto lhe desejo todo o sucesso, tanto na vida pessoal, quanto profissional. Outra pessoa indispensável na caminhada de estudo e pesquisa, foi o Prof. Dr. Fausi Kaloum, que foi mais que professor, foi alguém que acolheu pessoas e transformou sua casa em um ambiente de afeto, também lhe desejo todo o sucesso, tanto na vida pessoal como profissional. Aos dois “pais” acadêmicos que a UNESP me proporcionou, vocês são inspirações e pessoas incríveis. Espero que sempre possam se olhar do mesmo jeito que olho para vocês. Muito, muito obrigada por me dar a chance de enxergar um futuro pelo caminho acadêmico, um que vale a pena seguir.

Esse trabalho também só foi possível acontecer por todo apoio institucional que recebi da UNESP durante os anos de estudo, por meio de bolsas de auxílio socioeconômico, participação de comissões e bolsas estudantis por meio de iniciações científicas. Principalmente agradecer aos servidores públicos que existem por trás de cada procedimento que marcaram minha jornada acadêmica, por meio do apoio, da informação, do auxílio e clareza institucional em momentos decisivos para que tudo desse certo.

Pela forma ímpar de exercer seu trabalho, cito aqui alguns que levo nas minhas memórias, pessoas que deveriam ser admiradas e premiadas por agir sempre com o intuito de ajudar cada aluno no Campus Rosana. Eles são: Bruno Ricardo Soares da Costa (vulgo, “o nosso bruno”), Júlio Cesar Toledo de Carvalho (Julião), Júlio Cesar Lisboa Coelho (Julinho), Valdir Luiz da Graça (o homem das bolsas) e Cynthia Janiele Caetano da Silva Moreno. Vocês são para muitos as principais pessoas que mantêm essa unidade e a tornam um lugar melhor e acolhedor. Muito obrigada.

*Dedico este trabalho aos meus antepassados, que, mesmo com as adversidades diárias do mundo, resistiram e sonharam, embora nunca tenham podido ocupar os bancos da Universidade. Que esta pequena conquista pessoal honre seus passos e ecoe tudo o que não puderam viver.*

**- Autor desconhecido**

*Por isso que os nossos velhos dizem: “Você não pode se esquecer de onde você é e nem de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e para onde você vai” isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo.*

**– Ailton Krenak.**

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso se debruça sobre conceitos como identidade, pertencimento e patrimônio cultural material no bairro da Cidade Velha, em Belém, Pará. O estudo parte do entendimento de que o patrimônio não se limita à dimensão arquitetônica ou histórica, mas também atua como mediador de memórias, afetos e processos de identificação com o lugar. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa e socioespacial. O objetivo geral consistiu em compreender de que modo o patrimônio cultural material do bairro contribui para a construção do sentimento de pertencimento e da identidade entre os sujeitos que nele circulam e o experienciam. Nesse sentido, a metodologia adota uma revisão bibliográfica com base nas categorias da memória coletiva, território e patrimônio, juntamente com a presença da autora em campo, com a aplicação da técnica de mapas mentais. A pesquisa empírica foi realizada com 30 estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej, dos quais 16 mapas mentais foram selecionados para análise sobre suas representações afetivas do espaço habitado. Os resultados demonstram que o patrimônio cultural material funciona como marco de legitimidade na construção da identidade e pertencimento geracional. Conclui-se que o patrimônio cultural material da Cidade Velha desempenha papel relevante na produção de vínculos simbólicos e afetivos, fortalecendo processos de identidade e reconhecimento territorial.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural. Identidade. Pertencimento. Cidade Velha - Belém, PA. Mapas mentais.

## ABSTRACT

This undergraduate thesis examines concepts such as identity, belonging, and tangible cultural heritage within the Cidade Velha neighborhood, located in Belém, Pará. The study is predicated on the understanding that heritage is not confined to its architectural or historical dimensions, but also acts as a mediator of memories, affective bonds, and processes of spatial identification. This research consists of a case study adopting a qualitative and socio-spatial approach. The primary objective was to understand how the neighborhood's tangible cultural heritage contributes to the construction of a sense of belonging and identity among the individuals who navigate and experience it. To this end, the methodology comprises a literature review grounded in the categories of collective memory, territory, and heritage, coupled with the author's fieldwork utilizing the mental mapping technique. The empirical research was conducted with 30 students from the David Salomão Mufarrej State Primary and Secondary School; from this group, 16 mental maps were selected to analyze their affective representations of the inhabited space. The findings demonstrate that tangible cultural heritage functions as a framework of legitimacy in the construction of identity and generational belonging. In conclusion, the tangible cultural heritage of Cidade Velha plays a significant role in fostering symbolic and affective bonds, thereby strengthening processes of identity formation and territorial recognition.

**Keywords:** Cultural heritage. Identity. Belonging. Cidade Velha - Belém -PA. Mental maps.

## LISTA DE FIGURAS

|                |    |
|----------------|----|
| FIGURA 1 ..... | 32 |
| FIGURA 2 ..... | 33 |
| FIGURA 3 ..... | 36 |
| FIGURA 4 ..... | 37 |

## LISTA DE MAPAS MENTAIS

|                      |    |
|----------------------|----|
| MAPA MENTAL 1 .....  | 52 |
| MAPA MENTAL 2 .....  | 45 |
| MAPA MENTAL 3 .....  | 46 |
| MAPA MENTAL 4 .....  | 48 |
| MAPA MENTAL 5 .....  | 48 |
| MAPA MENTAL 6 .....  | 50 |
| MAPA MENTAL 7 .....  | 49 |
| MAPA MENTAL 8 .....  | 46 |
| MAPA MENTAL 9 .....  | 51 |
| MAPA MENTAL 10 ..... | 47 |
| MAPA MENTAL 11 ..... | 53 |
| MAPA MENTAL 12 ..... | 54 |
| MAPA MENTAL 13 ..... | 49 |
| MAPA MENTAL 14 ..... | 53 |
| MAPA MENTAL 15 ..... | 52 |
| MAPA MENTAL 16 ..... | 54 |

## SUMÁRIO

|       |                                                                     |    |
|-------|---------------------------------------------------------------------|----|
| 1.    | INTRODUÇÃO                                                          | 1  |
| 2.    | OBJETIVOS                                                           | 3  |
| 3.    | METODOLOGIA                                                         | 4  |
| 4.    | REVISÃO DA LITERATURA                                               | 7  |
| 4.1   | IDENTIDADE                                                          | 7  |
| 4.1.1 | Identidade nacional.                                                | 10 |
| 4.1.2 | Identidade regional, local e pertencimento                          | 12 |
| 4.2   | MEMÓRIA COLETIVA                                                    | 15 |
| 4.3   | PATRIMÔNIO CULTURAL                                                 | 20 |
| 4.3.1 | Patrimônio Arquitetônico e sua Relação com a Construção Identitária | 26 |
| 5.    | TERRITÓRIO AMAZÔNICO: OCUPAÇÃO                                      | 28 |
| 5.1   | Belém e o bairro da cidade velha: Ocupação de 1616 a 1950           | 29 |
| 5.2   | O bairro após 1950                                                  | 32 |
| 5.3   | O espaço/lugar de identificação                                     | 37 |
| 6.    | MAPAS MENTAIS: UMA TÉCNICA DE ANÁLISE                               | 40 |
| 6.1   | Análise dos resultados.                                             | 42 |
| 7.    | CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                | 53 |
| 8.    | REFERÊNCIAS                                                         | 58 |

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se debruça sobre a relação entre identidade, pertencimento e patrimônio cultural em um recorte do espaço urbano em específico: o Bairro da Cidade Velha. O patrimônio arquitetônico de um espaço é uma dimensão viva que carrega as memórias e as dinâmicas sociais de uma população, comunidade e sujeitos que transitam pelo local. Compreender como esses elementos se entrelaçam é essencial para que uma noção de preservação siga viva e realmente seja eficaz, não apenas de estruturas físicas, mas do próprio tecido social que as habita e lhes confere significado de pertencimento e uma rica herança memorial que segue sendo repassada e glorificada na importância da identificação.

O trabalho parte da premissa de que o sentimento de pertencimento a um lugar é forjado e nutrido pela apropriação dos seus símbolos, sentimentos, memórias e noções culturais. Nesse sentido, o bairro da Cidade Velha, com sua grande importância na história sobre o surgimento da capital de Belém, a qual já foi considerada, durante a *Belle Époque* uma das capitais em que era possível civilizar-se no Brasil. Ademais, nesse recorte urbano com uma arquitetura colonial portuguesa e parisiense instaurada, com o passar do tempo, as tradições e modos de vida foram se misturando e atuaram como catalisadores para fazer desse espaço um local rico para exploração e investigação, em que a identidade individual e coletiva da população belenense – em específico, nesse trabalho, utilizou-se um recorte da população estudantil situada no bairro escolhido da pesquisa – pode ser observada e compreendida em sua interação com o patrimônio material circundante.

Para observar, compreender e desbravar essa relação entrelaçada, estruturou-se uma metodologia que combina a revisão bibliográfica de conceitos-chave com a análise de dados obtidos por meio de uma pesquisa qualitativa. A princípio, a monografia estabelece uma base teórica que permitiu à pesquisadora, moradora dessa capital e que até então se via como indivíduo não pertencente, entender que, mesmo sem ser residente local do bairro em específico, ela carrega com orgulho uma identidade promovida pelo território. Essa identidade, por sua vez, amplia sua compreensão sobre a importância, o significado e o impacto social do lugar, além de lhe proporcionar um vislumbre do olhar técnico sobre esse recorte urbano.

Na segunda parte metodológica, reside a aplicação de técnicas de pesquisa de campo, como o uso de mapas mentais, que permitem capturar as percepções e os sentimentos dos moradores locais deste bairro tombado, que também é seu espaço de vivência.

Por fim, o trabalho sintetiza as descobertas positivas sobre a população local, tecendo considerações sobre o papel do patrimônio material como um dos elos fundamentais na relação entre o indivíduo e o território, e como sua consagração pode fortalecer o senso de identidade

e de comunidade em um cenário de constantes mudanças urbanas.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa se justifica pela relevância histórica, cultural e social do bairro da Cidade Velha para a formação urbana de Belém e para a memória coletiva da população paraense, bem como pela necessidade de compreender o patrimônio cultural material para além de seu valor arquitetônico ou turístico, considerando também sua dimensão vivida, afetiva e identitária.

## 2. OBJETIVOS

A presente monografia tem como objetivo principal *compreender a importância do patrimônio arquitetônico na construção do sentimento de pertencimento dos indivíduos que vivenciam o cotidiano ou circulam no bairro da Cidade Velha, situado em Belém-PA.*

A presente pesquisa possui estes objetivos específicos:

- I. Realiza-se uma revisão sistemática da literatura especializada a fim de aprofundar o entendimento sobre os conceitos de memória coletiva, identidade e patrimônio cultural.
- II. Adotar uma abordagem exploratória, com o objetivo de compreender as percepções e as formas de retomada de apropriação, utilizando-se de um recorte populacional escolar para investigar e identificar os elementos que constituem o sentido de lugar para esses indivíduos.
- III. A utilização da técnica de mapas mentais como ferramenta de coleta de dados, contribuindo para uma compreensão mais profunda das relações entre indivíduo, sociedade e patrimônio cultural. Além disso, analisar de forma aprofundada os resultados sobre a experiência/vivência cotidiana, produzindo importância e pertencimento nesse quadro social estudantil, reorganizando, modificando ou ressignificando essa relação com o bairro da Cidade Velha e o patrimônio arquitetônico.

### 3. METODOLOGIA

Conforme destacado por Gil (2008), procedimentos de categorização de métodos e elucidação da pesquisa científica têm como objetivo principal municiar o/a pesquisador/a com as ferramentas necessárias para a obtenção de resultados objetivos e precisos na análise dos fenômenos sociais. Essa abordagem metodológica contrasta com métodos mais subjetivos, como o senso comum ou paradigmas ultrapassados, que, segundo Demo (2000), não constituem um ponto de partida adequado para a construção do conhecimento científico. Desse modo, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória (Köche, 2011), efetivada por meio de técnicas de pesquisa bibliográfica, da aplicação de mapas mentais e da triangulação, utilizadas na interpretação e discussão dos resultados.

A pesquisa exploratória foi escolhida como a abordagem metodológica mais adequada para este estudo. De acordo com Gil (2002), essa modalidade de pesquisa possibilita ao pesquisador uma maior proximidade com o problema a ser investigado, facilitando a formulação de hipóteses e o desenvolvimento de conceitos. Além disso, como apontam Araújo e Oliveira (1997), os estudos exploratórios servem como base para a realização de pesquisas mais estruturadas, como as pesquisas descritivas ou explicativas.

Pesquisa exploratória: quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto (Prodanov, 2013, p. 51).

Em segundo lugar, a pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de enriquecer e permitir uma maior compreensão relativa ao nosso tema de estudo. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica deve ser realizada por meio da busca por premissas teóricas já verificadas e publicadas, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, promovendo uma base para o conhecimento e os estudos a serem realizados.

Por fim, desenvolveu-se o trabalho de campo por meio da aplicação da técnica dos mapas mentais com estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej, localizada no bairro Cidade Velha (Belém/PA). A escolha desse público se justifica por sua relação cotidiana com o bairro, seja por moradia, circulação ou vivência escolar, o que possibilita a manifestação de percepções e vínculos afetivos ligados ao espaço investigado.

A amostra inicial foi composta por 30 estudantes matriculados no 9º ano do Ensino Fundamental e no 1º e 3º anos do Ensino Médio, com idades entre 14 e 24 anos. A coleta ocorreu em sala de aula, em momento previamente organizado para a atividade. Inicialmente, foi

apresentada uma breve explicação sobre os objetivos da pesquisa e, em seguida, cada participante recebeu uma folha em branco para elaborar seu mapa mental a partir de questões norteadoras sobre os elementos mais significativos do bairro, os lugares de maior valor afetivo e os pontos que representariam a Cidade Velha para alguém que não a conhece.

Após a produção dos desenhos, os mapas foram reunidos e submetidos à leitura analítica. Dos 30 alunos, 18 devolveram as folhas onde deveriam desenhar os mapas. Foram selecionados 16 para análise, *por apresentarem elementos visuais ou espaciais mais consistentes para a interpretação das relações entre sujeito, cotidiano e patrimônio. Esses elementos, sejam linhas ou formas, mesmo que abstratas ou de difícil identificação, representam-se ou lembram-se de alguma forma qualquer característica física da realidade, sem precisar ter uma aferição correta de dados geográficos ou qualquer outro dado científico.* Os demais materiais não foram incorporados ao corpus analítico por não atenderem, de forma satisfatória, aos critérios de legibilidade, completude ou pertinência espacial definidos para a pesquisa citados anteriormente.

A análise dos dados foi conduzida de modo qualitativo e interpretativo, considerando a disposição dos elementos no desenho, a centralidade ou periferia dos objetos representados, a presença de marcos patrimoniais e os significados atribuídos aos espaços pelos participantes. Esse procedimento permitiu identificar quais referências do bairro ocupam maior valor simbólico e como elas se articulam com experiências de pertencimento, identidade e memória coletiva. Como estratégia de interpretação, adotou-se a triangulação entre revisão bibliográfica, observação de campo e análise dos mapas mentais. Essa articulação possibilitou confrontar o debate teórico com as representações produzidas pelos estudantes, contribuindo para uma compreensão mais ampla das formas de relação entre o patrimônio cultural material e o espaço vivido.

Seguindo a proposta de Claval (2008), a pesquisa que se utiliza da técnica de mapas mentais para investigar a relação entre os indivíduos e o ambiente acaba valorizando a experiência subjetiva e as dimensões culturais e humanísticas dessa interação. Essa metodologia, pioneiramente desenvolvida por diversos autores, como Yi-Fu Tuan, que afirma que: “O desenho de mapas é evidência incontestável do poder de conceituar as relações espaciais. [...] Se procura conceituar, o resultado pode permanecer na mente em vez de ser transcrito para um meio de comunicação material” (Tuan, 2012, p. 86-87).

As representações produzidas, os mapas mentais, constituem-se em uma forma de linguagem que se alinha com um dos objetivos primordiais deste estudo: investigar, por meio do cotidiano, a percepção e a relação dos indivíduos com o espaço patrimonial tombado e

turistificado. Dessa forma, ao representarem de forma gráfica as experiências e vivências dos sujeitos, os mapas mentais revelam a materialidade do espaço e a forma como ele é construído socialmente no cotidiano, corroborando as ideias de Kozel, Teixeira e Nogueira (1999) sobre a relação entre representação e realidade.

Galvão e Kozel (2008) evidenciam que, mesmo em antigas sociedades, seus modos de expressar vivência nos espaços foram por meio da representação de signos, desde as pinturas em rochas, prosseguindo para papiros, papel e então chegando aos momentos atuais, o mundo digital.

Essas representações sempre foram impregnadas de valores provenientes da sua própria cultura e representavam caminhos, rotas, riquezas, mitos, lendas, medos etc. Portanto, as representações se constituíam enquanto forma de linguagem das diferentes civilizações, unindo aspectos objetivos aos subjetivos, práticas a valores, mitos aos fatos comprovados, constituindo-se no verdadeiro “ver” das sociedades (Galvão e Kozel, 2008, p. 35).

Assim, destaca-se que o recorte empírico se concentrou em uma única instituição de ensino, o que delimita o alcance dos resultados. Ainda assim, a opção metodológica mostrou-se adequada aos objetivos do estudo, pois permitiu captar dimensões subjetivas e simbólicas da relação entre patrimônio e pertencimento que dificilmente seriam alcançadas apenas por instrumentos quantitativos.

## 4. REVISÃO DA LITERATURA

Para entender e argumentar sobre a presença do sentimento de pertencimento dos habitantes e frequentadores que vivem seu cotidiano no bairro da Cidade Velha em Belém-PA, um local de grande importância e influência pelo seu patrimônio cultural, é imprescindível envolver-se em debates sobre temas de estudos e seus conceitos. Esses conteúdos serão divididos em duas partes: a primeira abordará os conceitos de identidade e memória coletiva, seguida pela análise do conceito de patrimônio cultural. Como consequência, partindo para a compreensão e conclusão do recorte ao qual o trabalho se propõe.

### 4.1 IDENTIDADE

A percepção de mundo parte de uma perspectiva inicial de saber se reconhecer ao olhar o nosso reflexo. Isso passa a ideia de quão importante é o significado de identidade na vida de qualquer ser humano, seja para entender seu papel na sociedade na qual está inserido, bem como para se desenvolver nela.

As questões sobre identidade permeiam nosso cotidiano de várias formas, seja no âmbito legal, em que se classificam várias informações que tornam parte de um documento físico que sinaliza a existência individual e única de maneira civil da pessoa. Facilitando assim uma organização social na qual é reconhecido como detentor de direitos e deveres. Não é qualquer existência como vida, é um cidadão (Lei nº 9.534/97):

É justamente com o Registro de Nascimento, que é universal e gratuito, que as pessoas, uma vez assentadas, passam a existir para o Estado. É ali que nasce um filho para o Estado brasileiro e, com ele, todos os direitos inerentes à pessoa (Presidente da Arpen-Brasil, Gustavo Renato Fiscarelli, Brasil, 2022, n.p.).

Em outras situações, as próprias linhas do pensamento filosófico criam hipóteses em busca de uma compreensão sobre o que acontece para o ente mais básico e antigo: “Quem sou eu?” Portanto, nisso se constroem conceitos para determinar a identidade e sua relevância para o ser humano. A noção de que, por ser uma pergunta íntima e totalmente relacionada com uma representação pessoal, pode ser fácil de se responder, eventualmente parte-se da ideia de imaginar uma história narrativa, em que a pessoa tem os papéis tanto de autor como do personagem (Ciampa, 1984).

Na filosofia, o assunto possui duas vertentes: lógica e ontológica. A primeira usa a lógica dos termos, “a pertence a todo a”, e, na segunda, realiza-se a afirmação de que “toda coisa é igual a si mesma”. Para Aristóteles, existe uma identidade matemática, uma igualdade.

Posteriormente, para os escolásticos, a identidade tem vários tipos, como real, normal, formal, casual, primária, secundária, específica, genérica (Mora, 2001). Além das linhas de pensamento filosófico, essa busca perpassa também vários campos de pesquisa.

Na psicologia social, segundo Ciampa (2001), que aborda que as indagações sobre identidade só podem ser respondidas de formas mais complexas, já que esse tema se desdobra em diversas áreas de estudo. Consequentemente, entende a identidade como uma metamorfose, seu núcleo passa a ser o movimento (Ciampa, 1984, p. 74). A partir desse cenário, podemos entender a identidade como um fenômeno em constante transformação, resultante de diversas camadas de complexidade. Esse processo é moldado por interações tanto internas quanto externas, que são influenciadas por valores e significados presentes em todas as nossas relações que formam uma sociedade. “Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto, una” (Ciampa, 1984, p. 61).

Pelo mesmo caminho, aborda Erikson (1972) que a identidade é o modo como a pessoa se define, seus valores, quais caminhos e desejos querem seguir em sua vida, uma concepção geral do eu que aborda crenças, metas, valores com os quais o indivíduo está disposto a se comprometer e seguir. Em consonância com Machado (2003), a construção da identidade pessoal não se configura como um processo isolado, mas sim como um fenômeno intrinsecamente social. A autora argumenta que, apesar da singularidade de cada indivíduo, o autoconceito é moldado pelas interações sociais, evidenciando a interdependência entre o “eu” e o “outro” nas experiências de socialização.

Assim, caráter dinâmico e múltiplo, construídas e reconstruídas a todo o momento. Os sucessivos processos de socialização conferem à palavra "eu" o conteúdo de diversos eus (Craib, 1998), os quais o indivíduo procura constantemente ordenar. A identidade é, sobretudo, uma luta entre o processo consciente e inconsciente. Os processos inconscientes ressoam no consciente, produzindo significados. A ausência dessa transferência produziria uma vida estéril, como uma concha vazia, e é somente por meio dela que a maturidade do indivíduo acontece (Chodorow, 1989). No momento em que ele organiza o inconsciente, a individuação torna-se mais forte e resulta na formação de um autoconceito mais diferenciado (Machado, 2003, p. 53).

Já o sociólogo Stuart Hall (2004) contribui significativamente para a compreensão da complexidade do conceito de identidade nas ciências sociais ao propor três categorias: a identidade do sujeito do Iluminismo; a identidade do sujeito sociológico; e a identidade do sujeito pós-moderno. Essa divisão analítica permite uma análise mais aprofundada das diferentes concepções de identidade ao longo da história e em contextos sociais variados. O sujeito do Iluminismo parte do princípio de pessoa como ser totalmente centrado, unificado, possuidor das capacidades de razão, consciência e ação. No centro, tem a existência de um

núcleo, existindo desde o nascimento e, junto com a pessoa, se desenvolve, obviamente ainda permanecendo em essência ou “idêntico” ao seu possuidor ao longo da existência dele. Desse modo, entende-se que o núcleo é a identidade desse sujeito, uma concepção “individualista”.

O sujeito sociológico retrata um mundo moderno que tem sua complexidade; por isso existe um núcleo que o sujeito carrega em si. Compreendendo que ele não era autossuficiente ou autônomo, sua formação acontecia na relação com outras pessoas que considerava importantes, essas que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos culturais do mundo que ele habitava, ou seja, a identidade na sociologia clássica é uma formação da relação entre o sujeito e a sociedade.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior" — entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis (Hall, 2004, p. 11-12).

Por último, na concepção do sujeito pós-moderno, o indivíduo é diverso, seu núcleo é fragmentado, possuindo assim várias identidades que coexistem de maneiras tanto pacíficas como contraditórias.

O próprio processo de identificação, através do qual nós projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. [...] Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda história sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (Hall, 2004, p. 13).

Isto exposto, entende-se que, sobre o surgimento da identidade no homem, bem como seu desdobramento para se compreender o seu “eu”, que flutua de modo constante em encontros e desencontros, tanto nas suas relações internas e externas com o mundo e na sociedade em que se encontra, evidenciando toda a complexidade dessa parte humana.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente (Hall, 2004, p. 13).

A “celebração do móvel”, como ressalta Hall (1987), irá acontecer de todas as formas, já que essas mudanças nas estruturas e instituições realizam ao homem a tarefa de se entender

na representação ou interpretação nos sistemas culturais a que pertence. Nesse momento, faz-se necessário abordar o que seria a identidade cultural em suas diferentes proporções no sentido nacional, regional e local. Essa forma de identidade é mobilizada por um sentido ou sentimento semelhante à ancestralidade ou à origem do “eu pertencente”, que se ressalta ou prevalece como uma ideia primária ou principal do que seria fonte de um reconhecimento com o outro pelo viés cultural.

Ressalta-se a conceituação de cultura para alguns autores, como Bosi (1996), que procura demonstrar logo no início de seu livro sobre a etimologia da palavra, que acaba por ser a mesma que outras, a qual é um verbo em latim “*colo*”: cultural, culto ou sagrado, trabalho, que passam a ideia de ocupação da terra, o ato de trabalho e cultivo na terra. Nessa linha, Froner (2003, p. 85) ressalta que:

A cultura remonta a própria origem do trabalho, mas, assim como o conceito de “raiz”, passou a ser interpretada como todo o conjunto de manifestações e expressões que constroem a identidade de um povo: sua compreensão ultrapassa a existência física. A raiz, por sua vez, deixa de ser percebida a partir de uma anatomia vegetal, para configurar-se no terreno da percepção mental: torna-se sinônimo de origem do modo de ser, ver, agir e de se relacionar com o mundo (Froner, 2003, p. 85).

Consequentemente, imbuindo a visão da existência de uma identidade coletiva, que carrega o peso de consagrar ou constituir uma relação social entre indivíduos, promovendo um processo de refletir suas semelhanças e reforçar proximidade. Linearmente, a identidade cultural enfrenta vários desafios para permanecer inalterada após ocorrer um dos principais eventos históricos que atualmente ainda produz efeitos, sejam positivos ou negativos: a globalização, sendo um fenômeno que permeia não somente a economia, política, tecnologia, mas atravessa conceitos como tempo, espaço, fronteira, identidade e cultura em todas as sociedades que já existiram e continuam existentes atualmente.

#### *4.1.1 Identidade nacional.*

Até aqui já é possível entender que esse tipo de identidade pode ser frágil e correr risco de modificação ou extinção, por causa de uma massificação e banalização oriundas do fenômeno “global”. Dessa forma, precisa-se estabelecer recortes mais específicos para a compreensão da perspectiva nacional e local. Alguns filósofos propõem que a autonomia individual, enquanto capacidade de agir de forma autônoma e responsável, é uma característica fundamental da condição humana.

No entanto, outros autores argumentam que essa autonomia não se manifesta em um vácuo social. Ao contrário, ela se desenvolve e se realiza plenamente no interior de

comunidades e instituições, nas quais os indivíduos se identificam com um “nós” mais amplo. Essa identificação pode ocorrer em diversos níveis, desde as pequenas comunidades locais até as grandes nações, e se baseia em um senso de pertencimento e compartilhamento de valores, tradições e histórias. Desse modo, a autonomia individual e a identidade coletiva não são forças opostas, mas complementares, formando uma dialética que define a experiência humana.

Da mesma forma, Hall (2006, p. 50) argumenta: “[...] as identidades nacionais não são coisas com as quais nós já nascemos, mas são formadas e transformadas; no interior da *representação*”.

Segue-se que “a nação” não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos, *um sistema de representação cultural*. As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação; elas participam da *ideia* da nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica [...] (Hall, 2006, p. 49, *grifos do autor*).

Hall (2006) aprofunda sua análise ao discutir as estratégias utilizadas para perpetuar a identidade nacional. O autor argumenta que a construção de uma 'narrativa da nação', por meio de elementos como literatura, mídia e cultura popular, desempenha um papel crucial na solidificação e reprodução de um senso de pertencimento nacional. Eventos de natureza diversa, como perdas, glórias e desastres, podem fortalecer o simbolismo nacional ao promover uma narrativa compartilhada. Tal narrativa comum contribui para a construção de um senso de união e pertencimento, consolidando a identidade nacional e reforçando a percepção de uma história e um destino comuns:

O discurso da cultura nacional não é, assim, tão moderno como aparenta ser. Ele constrói identidades que são colocadas, de modo ambíguo, entre o passado e o futuro. Ele se equilibra entre a tentação por retornar a glórias passadas e o impulso por avançar ainda mais em direção à modernidade (Hall, 2006, p. 54).

Para Hall (2004), a globalização é um fenômeno que acontece na modernidade e pós-modernidade, que modifica ou se propõe a “estremecer” todas as concepções sobre uma identidade nacional, a qual é formada por diversas variáveis como gênero, cultura, étnicas, linguísticas, religiosas e ainda assim nacional.

As identidades nacionais, como vimos, representam vínculos a lugares, eventos, símbolos, histórias particulares. Elas representam o que algumas vezes é chamado de uma forma particularista de vínculo ou pertencimento. [...] a globalização, em suas formas mais recentes, tem um efeito sobre as identidades; pensaremos esse efeito em termos de novos modos de articulação dos aspectos particulares e universais da identidade ou de novas formas de negociação da tensão entre os dois (Hall, 2004, p. 76).

Afirma que a globalização acontece de maneira diferente em cada lugar, tem um processo desigual, existindo impactos fortes e leves em cada cultura. Teoriza sobre diversas consequências, como a desintegração de identidades nacionais, além de se tornarem híbridas (Hall, 2004, p. 69).

As identidades nacionais permanecem fortes, especialmente com respeito a coisas como direitos legais e de cidadania, mas as identidades locais, regionais e comunitárias têm se tornado mais importantes. [...] as identificações "globais" começam a deslocar e, algumas vezes, a apagar, as identidades nacionais. [...] Há, juntamente com o impacto do "global", um novo interesse pelo "local". A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de "nichos" de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como "substituindo" o local, seria mais acurado pensar numa nova articulação entre "o global" e "o local" (Hall, 2004, p. 73-77).

#### *4.1.2 Identidade regional, local e pertencimento*

Além dessa dicotomia do global com o nacional, a busca ou interesse inerente sobre as “raízes” de identidade em recortes menores, como a região e local, também acontece. Nesses momentos, temos duas vertentes de situação: a primeira é a criação ou modificação de identidades culturais ou a busca por estimular e fortalecer a identidade já existente como modo de proteção-defesa dos costumes, tradições e práticas milenares ali localizadas.

Existe uma complexidade para delimitar conceitos e diferenciação do que seria uma “região” ou “localidade”, pois esses recortes tendem a ser difíceis de proclamar, determinando limite. Essa dificuldade vem por causa das questões geográficas-territoriais, culturais, históricas, políticas e econômicas. Com o foco no Brasil, um país de tamanho nada fácil e multicultural, a forma como os habitantes de uma região enxerga o limite fronteiro vai além dos marcos territoriais rígidos ou proclamados institucionalmente.

Com isso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) traz para debate ou mesmo insere conceitos como macro e microrregiões, ressaltando um sentido de identidade regional, um sentimento de pertencimento é criado (Souza, 2013). Nesse viés, fala Bourdin (2001) que, por natureza, os locais ou o contorno do que seria um é inerentemente submetido a mudanças, acontecimentos por vezes efêmeros e de motivos vazios:

As delimitações da localidade são múltiplas e contingentes. A vizinhança, o bairro, a cidade ou a região urbana constituem pontos de referência relativamente estáveis, mas, conforme os contextos, estes níveis se definem diferentemente, e muitas coisas ou quase nada podem ocorrer aí (Bourdin, 2001, p. 13).

Linearmente, Milton Santos (2006) afirma que:

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também se modificam (Santos, 2006, p. 38).

As regiões e as identidades regionais estão sujeitas a influências e manipulações por diferentes vertentes de poder, sobretudo as de ordem econômica e política. Para concluir este capítulo, cabe ressaltar que, embora os aportes teóricos de Stuart Hall e Antonio Ciampa confirmem uma base sólida a este trabalho, especialmente no que concerne à compreensão da multiplicidade da identidade do indivíduo, faz-se necessário encerrar a discussão com apontamentos sobre a formação identitária a partir de um olhar mais atento ao processo concreto ocorrido na região amazônica, foco central desta pesquisa.

Conforme autores Cruz e Oliveira (2021), também ocorre a identificação ou mesmo criação de identidade quando praticamos um decolonialismo, já que fomos ocupados, e tudo depois disso passou a ser influenciado, desde a nossa identidade como povo ou sujeito. O território brasileiro, como um todo em sua existência, tem marcas das diferentes temporalidades e histórias. Para corroborar com esse tipo de pensamento, coloca-se que:

Dessa forma, a colonialidade do poder, do ser e da natureza não é uma forma de dominação que usa exclusivamente os meios coercitivos para o exercício do poder; não se trata apenas de reprimir os dominados, mas também da instituição e naturalização do imaginário cultural europeu como única forma de relacionamento com a natureza, com o mundo social e com a própria subjetividade (Cruz e Oliveira, 2021, p. 16)

A pensadora venezuelana Beatriz González Stephan (1995) discute os dispositivos de controle ou disciplinares no contexto latino-americano do século XIX, quais sejam: as constituições, as gramáticas do idioma e os manuais de urbanidade. De modo sintético, o primeiro dispositivo refere-se aos acordos escritos que estabeleciam normas de comportamento e formas de viver pautadas em padrões eurocêntricos, de modo que todos aqueles que se situassem fora desses parâmetros seriam excluídos ou marginalizados.

Outro ponto relevante diz respeito ao modo como a subjetividade moderna recorreu à pedagogia como base fundamental para a materialização do dispositivo disciplinar anteriormente mencionado. Na maioria das vezes, certas tecnologias pedagógicas formaram, capacitaram e disciplinaram a mente e o corpo do sujeito, condicionando-o a existir de acordo com moldes sociais predeterminados e, dessa forma, produzindo uma identidade funcional e produtiva para a sociedade. Essa tecnologia corresponderia aos manuais — terceiro ponto elencado pela autora —, os quais atuam como regulamentadores dos sujeitos, prescrevendo movimentos corporais e domesticando qualquer atitude considerada desviante, fora do padrão

ou bárbara (González Stephan, 1995).

Nesse sentido, observa-se que o pensamento normatizador vigente entre 1871 e 1914, período correspondente à Belle Époque<sup>1</sup> em Belém, impunha, por exemplo, que as mulheres amazônidas se vestissem com grandes vestidos de modelo europeu em temperaturas que variavam de 25°C a quase 27°C, em uma das regiões mais úmidas do país. Da mesma forma, para que um indivíduo pudesse obter prestígio e ser socialmente respeitado por suas atitudes, costumes e práticas de lazer, ou ainda para que pudesse comprovar seu nível de classe social e econômica, era necessário que sua formação identitária girasse em torno de padrões europeus<sup>2</sup> — padrões esses que foram persistentemente impostos de modo oculto e silencioso por meio dos processos de modernidade e colonialismo.

Nesse sentido, podemos aferir que tal meio de transporte exerceu fundamental importância no período da Belle Époque, por representar o meio em que a moda, os ideais, os periódicos, os artigos de luxo de origem estrangeira desembarcavam em Belém, estabelecendo conexões do velho mundo com o cenário amazônico. Assim, a cidade foi dominada por um francesismo, pois Paris era o signo central da modernidade urbano-comercial, a chamada “capital do século XIX”. [...] Assim, a Belle Époque, com seu afã de modernidade, não alterou somente a infraestrutura das cidades, mas também modificou o estilo de vida, o seu modo de viver no espaço público e sua ressonância no ambiente privado (Texeira, 2022, p. 171).

Consequentemente, observa-se que as buscas por representações do que seria a identidade da mulher amazônica frequentemente conduzem à constatação de que essa heterogeneidade não surge sem causas nem se estabelece de maneira pacífica. Ao contrário, ela resulta de atuações de poderes hegemônicos, que se valeram de múltiplos mecanismos coercitivos e evidenciam como agentes externos instituíram seus modos de existir e de se identificar nos sujeitos dessa localidade, os quais tiveram seus valores e identidades apagados, subjugados ou, em muitos casos, silenciados.

O povo amazônico foi moldado por imaginários e representações que não correspondem ou não foram forjados em sua própria região (Porto-Gonçalves, 2001; Hall, 2004; Dutra, 2005; Nazaré, 2011; Cruz & Oliveira, 2021). Atualmente, mais do que nunca, busca-se compreender suas raízes e reconstruir suas identidades. Nesse ínterim, cabe mencionar o pensamento do líder indígena Ailton Krenak (2019), para quem a identidade não se constrói apenas nas relações

---

<sup>1</sup> O ciclo da borracha foi um período histórico do Brasil que se deu na Amazônia entre os séculos XIX e XX, categorizado pela extração de borracha em seringais em um processo complexo no qual múltiplos atores nacionais e internacionais se fizeram presentes.

<sup>2</sup> O projeto civilizador objetivava disciplinar as almas por meio da coerção exercida sobre o corpo e impor à coletividade uma mesma norma de comportamento sociável. Logo, “ser civilizado” demarcava as distinções, já que este viabilizava o reconhecimento e a classificação dos indivíduos, sendo um símbolo de status que distinguia os homens e mulheres das camadas abastadas daqueles/as das camadas populares (SILVA, 2016, p.13).

entre “humano e humano” ou entre “sujeito e sociedade”, mas sim como um conjunto integrado por “humano-natureza-território”. O autor argumenta que constituímos uma totalidade, e que nossa identidade, personalidade e sentimento de pertencimento se manifestam quando valorizamos essa totalidade (nossa localidade, nosso modo de viver, a natureza que nos cerca), em comunhão com as populações locais que compartilham esse espaço geográfico, sem hierarquizar ou separar os elementos, mas sim inserindo-os em uma relação de equidade.

Se existe uma ânsia por consumir a natureza, existe também uma por consumir subjetividades — as nossas subjetividades. Então vamos vivê-las com a liberdade que formos capazes de inventar, não botar ela no mercado. Já que a natureza está sendo assaltada de uma maneira tão indefensável, vamos, pelo menos, ser capazes de manter nossas subjetividades, nossas visões, nossas poéticas sobre a existência. Definitivamente não somos iguais, e é maravilhoso saber que cada um de nós que está aqui é diferente do outro, como constelações. O fato de podermos compartilhar esse espaço, de estarmos juntos viajando, não significa que somos iguais; significa exatamente que somos capazes de atrair uns aos outros pelas nossas diferenças, que deveriam guiar o nosso roteiro de vida. Ter diversidade, não isso de uma humanidade com o mesmo protocolo. Porque isso até agora foi só uma maneira de homogeneizar e tirar nossa alegria de estar vivos (Krenak, 2019, p. 32)

Para finalizar, a identidade do sujeito paraense e que vivencia o bairro da Cidade Velha não é formulada somente nos processos sociológicos com foco no urbano global, mas sim nas resistências que atravessam a história, memória e vivências específicas da Amazônia, que estão, na maioria das vezes sendo colocadas de modo subalterno. Olhar para essa formação subjetiva de maneira decolonial fornece compreender como esse sujeito reivindica seu espaço e fortalece seu sentido de pertencimento, mesmo diante das pressões exteriores e hegemônicas.

## 4.2 MEMÓRIA COLETIVA

No desenvolvimento das discussões sobre identidade, suas variadas formas de conceituação e linhas de pensamento, não se pode negar a relevância da memória, considerada um dos principais fatores para essa compreensão. O início do debate sobre esse tema não é algo que possa ser datado com exatidão. Do mesmo jeito que se tem uma grande discussão acadêmica em diversas áreas sobre identidades, assim também ocorre com a memória. O filósofo Aristóteles tentou defini-la como uma coleção sobre o mundo dos fenômenos. Platão também teve seu próprio entendimento sobre o assunto; para ele, a memória é como compreender e reconhecer a essência das coisas inteligíveis, assim universais.

Na modernidade, o filósofo empirista David Hume expressa que a memória é vinculada tanto ao passado como à identidade e subjetividade, que também acompanham e se modificam com o futuro (Rossi, 2010). Entende-se que a memória permeia o indivíduo pela forma como

faz uma linha temporal de fatos, impressões e sentimentos desde a sua infância até a vida adulta. No entanto, se consolidou no século XX, a ideia de que a memória não é algo que se constrói de modo individual, é formada e influenciada de maneira plural e fluida, por meio de diversos cenários e grupos sociais aos quais se possibilita seu desenvolvimento.

O pensador que consolida a questão acima mencionada é o sociólogo francês Maurice Halbwachs, abordando que nenhuma memória é individual no sentido literário da palavra, pois tudo é permeado por inúmeras relações sociais que o próprio ser humano realiza sem perceber, já que, mesmo estando sozinho ou em outro lugar sem suas relações originárias, essas ainda existem como marcas e ainda fazem parte dele, expressando que está sempre incompleta e por vezes, é tendenciosa. Segundo Halbwachs (1990, p. 25), “[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”. Principalmente por conta dos “quadros sociais”.

O autor Halbwachs (1990) fala que a memória “individual” seria basicamente aquela em que leva o olhar do indivíduo, contendo os pensamentos e pré-julgamentos do mundo a sua volta, fomentando suas opiniões, argumentos e interesses sobre o externo. Como resultado, a memória coletiva é definida como exterior ao indivíduo, pela clara influência que sociedade, história e espaço territorial têm para moldá-la. É nítido para o autor que há uma classificação de importância sobre essas duas, na qual a memória que se apoia em “quadros sociais” é a mais elevada, ou seja, a coletiva.

Suponhamos que eu passeie só. Diremos que desse passeio eu não possa guardar senão lembranças individuais, que não sejam as minhas? Não obstante, passei só somente na aparência. Passando por Westminster, pensei no que me havia sido dito por um amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que havia lido sobre ela em uma história). Atravessando uma ponte, considerei o efeito de perspectiva que amigo pintor havia assinalado (ou que me havia surpreendido num quadro, numa gravura). E me dirigi, orientado pelo meu plano (Halbwachs, 1990, pág. 25-26).

É importante ressaltar que o autor ainda fala sobre como essas memórias são construções do presente, organizadas por meio de questões afetivas e simbólicas, por meio das **relações sociais** ou “quadros sociais”. Diante dessa mutualidade, entra o que se lembra, o mundo real e a simbologia que se cria podem fazer referência aos estudos e conceituações sobre espaço e território.

Segundo discutido entre os autores Bengio, Aquime e Farias (2023), o território acaba

por se constituir em algo próximo do conceito de metamorfose. Anteriormente, poderia ser visto de maneira rasa e simples, existindo dentro de um conceito que se estipulava um limite estritamente definido, imóvel e imutável, mas na contemporaneidade, já não se cabe defini-lo assim, já que objetos, atos simbólicos ou não, bens materiais ou imateriais se tornam elos complexos na sua formação e definição.

Consequentemente, um sujeito na sociedade contemporânea passa sua vida cercado de territórios diferentes, suas influências são exercidas no mesmo e diante de uma relação de mutualidade, ele também insere no espaço em que vive suas vivências e experiências personalíssimas cotidianas, retroalimentando vários sistemas ou redes sociais que ancoram conceitos, regras, significados e simbologias, exprimindo consequências de afirmação ou apagamentos de narrativas históricas. Assim, as memórias sobre o passado podem passar por mudanças.

Porque, se essa primeira lembrança foi suprimida, se não nos é mais possível encontrá-la, é porque, desde muito tempo, não fazíamos mais parte do grupo em cuja memória ela se conservava. [...] Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuam a fazer parte de uma sociedade [...] Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque há muito tempo, não há mais nada comum entre meus antigos companheiros e eu (Halbwachs, 1990, p. 34-36).

A tensão ou mesmo controvérsia, parte que para os ensinamentos de Halbwachs, não existe um *apagamento definitivo das narrativas históricas*. O que foi possível entender é que para a memória coletiva, o passado está *sempre sendo reconstruído e ressignificado, pois o próprio afirma que a memória coletiva é fundada na tradição*. Nessa linha, pode-se citar a pesquisadora Ferro (2010), que a conceitua da seguinte forma: “A memória é sempre uma interpretação influenciada pela experiência do presente. Todo o trabalho do historiador é uma representação do passado. Mas, é além disso, uma seleção do que é considerado importante. A memória constrói, reconstrói, reelabora e ressignifica o passado” (Ferro, 2010, p. 40).

Nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos, o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro. Se vivemos sós, a região do espaço que nos cerca de modo permanente e suas diversas partes não refletem somente aquilo que nos distingue de todas as outras. Nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos se explicam em larga medida pelos elos que nos prendem sempre a um grande número de sociedades, sensíveis ou invisíveis. Não podemos dizer que as coisas façam parte da sociedade. Entretanto, móveis, ornamentos, quadros, utensílios e bibelots circulam

no interior do grupo, neles são objetos de apreciações, de comparações, descortinam a cada instante horizontes sobre as novas direções da moda e do gosto, nos lembram também os costumes e distinções sociais antigas (Halbwachs, 1990, p. 131-132).

Apesar dessa discordância final nos autores apresentados, há um caminho pelo qual esse trabalho se solidifica e busca responder aos seus objetivos principais. Por isso, iniciou-se a revisão da literatura para conceituar identidade. Por mais que as memórias coletivas sofram modificações, principalmente quando memória e espaço passam por uma assimilação das atitudes dos sujeitos, como também do próprio espaço. Não se pode negar ou mesmo inferir atualmente que não existe um *apagamento definitivo de conceitos, costumes, práticas culturais, religiões, línguas, registros históricos, sejam escritos ou orais*.

Essa compreensão foi possível quando a pesquisa se debruça sobre as nuances que perpassam na Amazônia paraense. A sua produção e uso da memória coletiva mostra que existem cenários em que ocorreram uma *assimilação ou construção do que deveria ser lembrado e entendido, além do que deveria ser considerado como territorialidade de forma forçada*. Alinhando essa construção de perspectiva e responsabilidade com a busca inicial da pesquisa, admite-se que o contexto regional complexo é criado a partir de um espaço geográfico de conflito, onde ocorreram fatos históricos por meio de ações, atos, forças ou poderes hegemônicos que buscaram, além de explorar e produzir riquezas, gerar lucros somente para seus próprios interesses, de maneira em que *apagaram ou invisibilizaram modos de vida e saberes tradicionais locais*.

Portanto, é necessário eludir também o senso ou mesmo a responsabilidade sobre a memória, retirando os resquícios coloniais, que continuam sendo perpetrados de forma oculta ou mesmo silenciosa. Buscar estabelecer o fortalecimento e apropriação do que ainda se tem, além de salvaguardar todas as muitas identidades e subjetividades dos sujeitos amazônidas, que visivelmente passam por dificuldades frente ao *de fora*, que ainda promove ou força uma imagem ou entendimento sobre eles. As elites ainda dominantes existem.

As manifestações causadas por elites, passam na órbita das políticas sociais e culturais que são executadas no estado do Pará, quando se fala de preservação ou apagamento da memória coletiva, ao longo das décadas. Segundo o autor Freitas (2011), muitas das ações urbanas voltadas ao patrimônio arquitetônico buscam *criar, fortalecer ou mesmo instrumentalizar uma identidade. Um grupo em uma sala qualquer cria um briefing do que é ser paraense*.

A partir disso, começa a nascer e ser vendido um ideologismo do que seria ser paraense ou como o autor descreve, “paraensismo”, mostrando que a narrativa sai das mãos dos sujeitos

legítimos e presentes no território e tem força nas ações de uma elite que coloca uma “TAG” homogênea em todos. Esse processo, além dos efeitos anteriores citados, traz ou reforça uma valorização, como também suaviza, os acontecimentos históricos coloniais e seus monumentos no território para indivíduos internos e externos a ele, culminando em uma transformação mercadológica e silenciamentos de memórias, manifestações e culturas originárias, periféricas ou quaisquer que fujam desse padrão determinado como oficial.

O espaço escolhido como recorte deste trabalho, assume tudo que até agora foi exposto: o bairro da Cidade Velha e seu entorno, em Belém do Pará, sendo o centro gênese da criação da capital e o início da expansão territorial portuguesa pela Amazônia. Concentra mais de 2.800 edificações protegidas ou de interesse de conservação<sup>3</sup>. Todo esse conjunto arquitetônico se torna *plano de fundo para utilização de ativo turístico-cultural e “revitalização” urbana*.

Mas, quando buscamos entender esses projetos, além do marketing e discussões oficiais que focam no bairro somente para ser memória coletiva de um período colonial, essa área ainda é permeada por uma existência tanto antiga como nova de sujeitos que fogem desse padrão de “olhar” o passado.

Como provoca Ailton Krenak (2022, p. 23), ao fomentar esse entendimento, as existências desses indivíduos e sua conexão com a natureza, com as águas que estão circundando o bairro e a geografia do bairro da cidade velha, contrapõem enquadramentos históricos ou encenados por elites hegemônicas; solidifica-se então o pertencimento de forma contínua que atravessa o tempo, “os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”. Os saberes tradicionais, a cultura, as identidades, perpassam e se adaptam na atualidade, assim como menciona o autor, “rios da memória”.

É percebido que criam memórias coletivas, suas subjetividades ainda residem e resistem. A população local, por meio de suas vivências, afetos, sentimento de pertencimento, festividades, senso de comunidade e memórias orais, toma para si uma apropriação e valorização diferente para esses patrimônios, resistindo aos processos de exclusão ou *apagamento do espaço urbano*. É nesse ponto que as ideias de Halbwachs e outros autores contemporâneos e latinos citados convergem, na ressignificação.

---

<sup>3</sup> MELLO, Natália. Belém para iniciantes: o básico que você precisa saber sobre a cidade que vai receber a COP 30. Amazônia Vox, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www.amazoniavox.com/reportagens/view/129/pt-br/belem-para-iniciantes-o-basico-que-voce-precisa-saber-sobre-a-cidade-que-vai-receber-a-cop-30>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Belém (PA). Gov.br, 26 mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-material/bens-tombados/conjuntos-urbanos-tombados-cidades-historicas/norte/belem-pa>. Acesso em: 10 jun. 2026.

Os modos de subjetivação são acontecimentos históricos, políticos e culturais que agenciam os sujeitos e suas vidas, produzindo os modos de existir em sua multiplicidade. Nesta perspectiva, a subjetividade não deve ser tomada como essência, mas como uma tentativa de parada do processo permanente e intenso de “estar sendo” dos sujeitos na interface com os acontecimentos micro e macropolíticos (Bengio, Aquime e Farias, 2023, p. 85).

Para finalizar, a memória coletiva do bairro da cidade velha ainda se mostra atuante e participante na subjetividade de todo paraense que vive ali ou o frequentou pelo menos uma vez na vida. “Esses meninos que vejo em minha memória não estão correndo atrás de uma ideia prospectiva do tempo nem de algo que está em algum outro canto, mas do que vai acontecer exatamente aqui, neste lugar ancestral que é seu território (Krenak, 2022, p. 15)” Esse diálogo entre os conceitos de identidade e memória permite que este trabalho mostre uma pluralidade que foge do que é vendido ou propagado de forma errônea.

### **4.3 PATRIMÔNIO CULTURAL**

Para a compreensão total e triangulação da pesquisa, antes de discorrer somente sobre o que seria o patrimônio cultural, torna-se necessário partir da compreensão inicial de quais são as origens e estudos sobre patrimônio e, por consequência, sua evolução histórica na construção dos seus conceitos.

A constante sensação de ter que preservar algo para ser repassado para gerações futuras foi um sentimento que atravessava o ser humano, principalmente desde o momento em que percebeu que a memória, história e cultura, se não valorizadas, não perduram pelo tempo. Nesse instante, surge a relevância na sociedade sobre a preservação desse patrimônio. Logo após, surge uma delimitação mais específica do que seria o patrimônio cultural, que inclui os imateriais, expandindo-se para as manifestações culturais, independentemente do seu país, região, localidade e sociedade inserida.

As condições e contextos para se iniciar a discussão sobre patrimônio e todas as suas nuances começam entre os séculos XVIII e XIX. Dessa forma, para melhor compreensão do assunto, é necessário promover uma abordagem histórica e linear para completar a compreensão do tema e sua evolução. A princípio, o conceito de monumento, da maneira como é conhecido atualmente, surge por volta de 1420, na Itália. Nesse período, o contexto que vale ressaltar é que cada sociedade preserva o que considera importante. Isso se modifica quando um poder social perpassa outro, como foi o que aconteceu em Roma.

A cidade de Roma passou por sucessivas invasões e modificações culturais,

especialmente com a ascensão da Igreja Católica. Apesar da derrocada de determinados grupos e práticas, muitos elementos do passado continuaram existindo, o que conduziu à compreensão de que tais vestígios não podem ser simplesmente apagados, embora possam ser transformados. O Papa Gregório I e seu sucessor adotaram, então, uma política de preservação que resultou tanto na modificação estética dos padrões de beleza reconhecidos em determinado tempo histórico quanto na ressignificação do uso desses bens (Choay, 2001).

Confirma-se dessa forma que as modificações são algo natural quando as nações crescem; entretanto, no caso da Itália, mostrando-se avançada no assunto, houve um entendimento de preservação dos monumentos, mesmo que os alterando parcialmente para reutilizá-los e inseri-los nas novas questões sociais que surgiram em determinado lapso de tempo. Logo após isso, atos de viagem, contemplação e produção de conhecimento passam a relacionar-se com patrimônio:

No século XVII, as boas famílias mandavam seus filhos completarem a educação com viagens nas quais aprendiam línguas e costumes de outros povos, compravam obras de arte e visitavam os monumentos da Antiguidade, como o Fórum, em Roma (Rodrigues, 2005, p. 15).

Expondo esse fato, a relevância do patrimônio para uma nação percorre toda a Europa e depois o mundo. Chega-se ao entendimento de que há um elo entre as origens e conceituação do ato de viajar, que posteriormente seria denominado turismo, em relação direta com a ideia de patrimônio histórico e artístico, existindo em meio às formas de contemplação e às já existentes políticas de valorização e preservação em que cada sociedade.

Os parâmetros de conservação de monumentos históricos têm seu início na Revolução Francesa. O termo “monumentos históricos” foi utilizado para definir uma ação de colocar em imagens objetos que seriam demolidos. Isso decorreu com dois objetivos: um era a transferência de bens para somente um poder nacional, produzindo assim nesses bens significados além de históricos, como políticos e simbólicos. O outro era o apagamento ideológico que tais objetos geravam e que poderiam não ser consoantes com os regimes de poder políticos sobressalientes naquele momento (Choay, 2001).

O intuito de se estabelecer valores nacionais e de identidade com a meta de criar uma população unificada, procurando intencionalmente causar um esquecimento sobre como foram criadas tais nações, principalmente europeias, à margem de atos de conquista violenta (Hall, 2001).

As culturas nacionais são tentadas, algumas vezes, a se voltar para o passado, a recuar defensivamente para aquele ‘tempo perdido’, quando a nação era ‘grande’; são tentadas a restaurar as identidades passadas. Este constitui o elemento regressivo, anacrônico, da história da cultura nacional. Mas frequentemente esse mesmo retorno ao passado oculta uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem suas fileiras, para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam sua identidade e para que se preparem para uma nova marcha para a frente (Hall, 2001, p. 56).

Consequentemente, cria-se então o contexto para admitir o conceito de patrimônio nacional, segundo Barretto:

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam o mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (Barretto, 2000, p. 16).

A respeito do avanço nas discussões e, devido a novos contextos sociais, nessa lógica é importante falar novamente sobre a preservação do monumento histórico. Segundo Castriota (2009, p. 63), entende-se que o passado histórico se dá por meio de uma conservação mais “verdadeira” dos monumentos históricos, sejam móveis ou imóveis, promovendo um pensamento geral de que eles devem ser reconhecidos e mantidos. Diante do cenário de iminentes grandes conflitos mundiais, surgiram as Convenções de Haia de 1899 e 1907 como um dos primeiros instrumentos internacionais a estabelecer normas para a condução das hostilidades, buscando limitar a violência e proteger determinados bens e lugares.

Nesse sentido, temos que:

Os objetos devem ser protegidos “como tais”, segundo suas “características intrínsecas”: os monumentos históricos, as obras de arte, as ciências; os objetos são protegidos em razão de suas finalidades: os edifícios consagrados aos cultos, às artes, às ciências; os objetos denominados, segundo autor, bens comunais: “estabelecimentos consagrados aos cultos, às artes, às ciências” (Silva, 2003, p. 19).

Logo após esse momento, várias convenções, cartas, pactos e tratados foram feitos, além de perceber também que a cultura nacional não é algo simplesmente unificado e homogêneo (Hall, 2001). A origem, compreensão e conceituação da palavra “patrimônio” começam a ser buscadas; ela é voltada para diversos fins, como o econômico, jurídico, social, familiar, e assim mesmo consegue transpassar esses fins. Essa pluralidade na forma de usar também acontece de

modo que seu sentido mude pelo contexto inserido, revelando uma natureza multifuncional ou “nômade” (Choay, 2001, p. 11).

Sobre as origens da palavra, Froner (2009) afirma que:

*Patrimonium*, cuja raiz “patri” remete ao conceito de pátria potestas (poder do pai). Cabe ressaltar, porém, que o sentido de pai, como *pater familias*, era utilizado para designar o chefe da família; o detentor do domus (casa) familiar. Desta raiz inicial, a palavra *patrimonium* passa a significar a herança paterna, não circunscrita ao conceito da herança material do pai moderno, mas aos conceitos do poder, dominação e autoridade, que adquirem visibilidade por meio da hierarquia – familiar e social – das realizações e das riquezas adquiridas pelos ancestrais. O conceito lato assim construído expande nossa asserção do paradigma para além da ideia de materialidade circunscrita no modelo da herança patrimonial sedimentada pelo direito moderno, pois compreende a herança ancestral no âmbito da construção de sentidos (Froner, 2009, p. 91).

Com isto feito, mostra-se um conceito que evolui ao mesmo tempo em que as discussões sobre as transformações sociais, culturais e tecnológicas, ocorrem. Então fica estabelecido que esse mesmo conceito de patrimônio cultural irá falar algo além de bens materiais, edifícios, objetos e conjuntos arquitetônicos. É quando ocorre uma admissão do retrato de elementos intangíveis, como os saberes tradicionais, práticas culturais e paisagens que têm determinado valor declarado para a humanidade, nação, região, localidade ou lugar específico (Custódio, 2010).

Nesse ínterim, já é possível perceber a dificuldade de simplesmente se conceituar patrimônio cultural, pois ele se dá por situações históricas em desenvolvimento, nas quais o homem constrói uma relação com o espaço que ocupa, de tal maneira que esse espaço reflete todas as suas ações, as quais, de certa forma, refletem suas considerações sobre sua própria identidade e reconhecimento de mundo por meio da sua vivência. Por meio da vivência e interferência no espaço, propaga-se cultura. Posteriormente, Santana (2009) reforça a divisão do patrimônio como material e imaterial, já que as impressões que permeiam o espaço do homem também são intangíveis:

Os indivíduos interagem sempre em meios complexos, nos quais seus componentes, materiais ou não, são intermediados pela cultura a partir da qual aquele indivíduo percebe e se relaciona. O antropólogo, assim como qualquer outro que não esteja interessado em aspectos espiritualistas e paranormais, analisará as situações, utilizando ferramentas de campo e relações multidisciplinares pertinentes, baseando seu estudo sempre em alguém, um ou alguns sujeitos que interpretam, percebem e agem no contexto de determinada cultura e/ou subcultura, cumprindo um ou alguns papéis definidos e ostentando um status social também específico. É através deles que podemos observar o intangível ou o imaterial. É com essa visão que o intangível ou imaterial se torna físico. Se não for vivenciado por um ou alguns indivíduos, simplesmente não existe. **Uma ideia, um ritual, um sistema de relações de parentesco, mas também uma moradia, um bosque ou uma catedral existem somente através de seus atores imersos em vários sistemas e processos, com**

**poderosas capacidades para regular suas necessidades, adaptações às mudanças** (Santana, 2009, p. 121, grifo nosso).

Seguindo essa linha de pensamento sobre o patrimônio cultural e sua dificuldade de conceituação, Froner (2009) faz sua contribuição:

Tampouco o conceito de Patrimônio Cultural é fácil de delimitar, uma vez que, para a formação cultural de uma comunidade, não estão apenas sedimentadas as experiências, expressões, criações, construções e conhecimentos transmitidos pelos ancestrais, mas também a paisagem e a natureza que caracterizam a relação desse ambiente com a sociedade; o valor do lugar não apenas como existência, mas como compartilhamento de sentidos por meio da consciência humana. **Nesse mesmo sentido, sua competência é de difícil elaboração: quaisquer que sejam as palavras que utilizemos para explicá-lo, estas parecem sempre excludentes, transitórias ou insuficientes** (Froner, 2009, p. 85, grifo nosso).

Por fim, ao se perceber a complexidade e dificuldade, a valorização merecida ao fato de que o patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na construção da identidade individual e coletiva, fornecendo para toda a sociedade referências que remontam e se conectam com as origens de cada pessoa, com seu determinado grupo social, já que a sociedade é plural e heterogênea. Promovendo um fortalecimento de laços comunitários e contribuindo para a manutenção da memória coletiva, transmitindo saberes e valores de geração em geração.

A consagração do patrimônio cultural na sociedade contemporânea é caracterizada por um processo cheio de nuances sócio-históricas. Diretamente conectado com o que foi explicado anteriormente sobre as interconexões entre a memória coletiva e a construção da identidade humana, seja de modo individual ou em comunidade. Sob essa ótica, o bem cultural deixou de ser somente compreendido como algo físico ou arquitetônico mensurável; passa a ser posto sobre esse conceito um valor simbólico e afetivo que acarreta uma série de medidas protecionistas e de preservação com o entendimento de salvaguardar para pessoas futuras.

Os debates acerca do patrimônio cultural fortaleceram-se na Europa, particularmente na França e na Inglaterra, por volta do século XIX. Quando se considera a perpetuação de uma memória coletiva ou o poder de impor e controlar uma população, tais processos associam-se frequentemente a uma imagem. Essa imagem, dotada de significativo valor estético-cultural, passou a fundamentar a valorização de obras de arte e monumentos que detinham esse valor e que se vinculavam a uma elite ou, mais amplamente, a uma classe dominante.

No apogeu da Revolução Industrial, o impacto desse fenômeno social atuou como força motriz para a consolidação de um movimento preservacionista. Com o avanço da industrialização, a cidade transformou-se em um conjunto frágil e orientado prioritariamente para a produção, o que promoveu a destruição e o vandalismo de antigos bens materiais até

então preservados. Em resposta, emergiu a necessidade de salvaguarda, estimulando-se a restauração de edifícios históricos sob influência de pensadores como John Ruskin e Viollet-le-Duc

No Brasil, esse movimento teve início na década de 1920, no recorte geográfico do estado de São Paulo, por intermédio de intelectuais modernistas e de uma elite que buscava construir uma identidade nacional alicerçada em uma das vertentes do movimento: o regionalismo. Tais movimentações impulsionaram a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atualmente IPHAN) em 1937, cuja primeira política estatal voltava-se à guarda da arquitetura colonial e das chamadas “artes eruditas”, as quais seriam consagradas como símbolos oficiais representativos da nação (Santos, 2012).

No âmbito dos documentos federais, um marco relevante acerca do patrimônio cultural ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse texto constitucional representa, por si só, um avanço significativo nas dimensões social e antropológica ao instituir uma base de direitos protetivos destinada ao povo brasileiro. A Carta de 1988 rompe com a exclusividade do chamado “monumento aristocrático” e corrobora o fortalecimento de ideias voltadas à preservação e à conservação das manifestações culturais dos mais variados grupos sociais, abarcando suas múltiplas características, modos de expressão, técnicas de produção cultural e costumes de vida, manifestados por meio das tradições e dos saberes populares em território nacional, os quais são considerados “portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

Esse movimento de acolhimento e valorização transcendeu a noção de proteção restrita aos “monumentos” e passou a reconhecer, de maneira significativa e singular, as diversas formas de expressão cultural das comunidades locais. Tal processo envolve debates, negociações e, por vezes, conflitos, uma vez que a escolha do que deve ser preservado constitui, inevitavelmente, um recorte, uma seleção do passado. Conforme aponta Choay (2001), o patrimônio é uma “invenção” da sociedade moderna para lidar com a aceleração do tempo e com a efemeridade.

Diante desse panorama exposto, o processo que consagra e legitima o patrimônio cultural ainda não está finalizado ou é um assunto finito; também não está restrito às discussões jurídicas ou às conversas conceituais abstratas. O que ele necessita é de suportes materiais que fixem essas memórias, valores e emoções coletivas no espaço geográfico, sendo um canal físico construído ou mesmo só o espaço de manifestação para que esse sentimento de pertencimento e identificação se perpetue.

Por isso, é que a maioria dos bens culturais construídos serve como exposição viva em

que as interações sociais se desenvolvem e ressignificam o passado, por meio da demanda de necessidade e memórias vivenciadas por meio desse meio. Entre as várias manifestações que fazem parte do que o patrimônio e a materialidade podem expressar no ambiente em que ele é fixo, é o elo mais visível que o indivíduo tem com o seu território. A paisagem modificada pelo homem no espaço geográfico, por meio da temporalidade e intenção, produz uma herança memorial materializada que expressa sua permanência e *res(ex)istência* cultural.

#### 4.3.1 Patrimônio Arquitetônico e sua Relação com a Construção Identitária

Nesta parte do trabalho, também precisamos entender alguns conceitos, sobretudo, a concepção do que é arquitetura. Em seu conceito geral e resumido, amplamente aceito, é a grande arte de construir. Mas essa construção nasce de um ser humano; nesse contexto, então, tudo o que esse ser é, além de tudo o que lhe influencia, além do que foi citado antes e tudo que permeia a possibilidade de inspiração e impacto nele, e, por fim, se relaciona, pode ser expresso nessa arte.

O início da arquitetura se deu a partir de uma necessidade humana, a da alimentação. Segundo Jonathan Glancey, em seu livro “A História da Arquitetura” de 2007, quando as civilizações deixaram o hábito nômade e escolheram se fixar em um lugar para produzir seu próprio alimento. Então é possível vislumbrar que esse estudo está intimamente ligado à nossa forma de existir, ao esforço de se adaptar da melhor forma possível, com todas as nossas capacidades de encontrar comodidades para nossa existência em um espaço escolhido, “a arquitetura é uma arte em contínua evolução” (Glancey, 2007, p. 9).

Para não se estender muito, um salto temporal é necessário. Quando influenciadas pela era industrial, as cidades se tornam um conjunto planejado voltado somente para um objetivo: produção.

A Revolução Industrial não apenas levou o povo do campo para a cidade aos milhares, mas deu um grande impulso à construção civil, já que a partir daquele momento as casas podiam ser construídas em massa. A maneira fabril de fazer coisas foi aplicada à construção de habitações para os operários industriais. Auxiliada e incitada pelas novas ferrovias, a habitação de massa fileiras e mais fileiras de chalezinhos de tijolo vermelho- surgiu ao lado de estações ferroviárias, viadutos, ao longo das margens dos canais e à sombra de fábricas fumegantes. A paisagem urbana, primeiro da Inglaterra, depois da Europa, dos Estados Unidos e, pouco a pouco, de boa parte do resto do mundo, mudou para sempre. (Glancey, 2007, p. 144).

Com isso, surgem cada vez mais projetos que implementam as novas necessidades do ser humano. A partir da metade do século XIX e começo do XX, surge o estilo Ecletismo, que nasce de uma época em que a vontade de uma grande massa economicamente forte queria modificar a paisagem ao seu modo, mais conhecida como burgueses. Vale ressaltar que esse

estilo teve influência em diversas partes do Brasil, assim como na localidade escolhida como cerne dessa pesquisa. Partindo disso, as prioridades nesse estilo são o conforto, progressista, moldado por uma produção arquitetônica que relativizava a forma artística para o gosto ou desejo de seguir uma tendência na esfera social (Patetta, 1987).

A partir de meados do século XIX, não apenas os arquitetos e seus clientes olharam para o passado, fosse esse passado a Grécia de Péricles ou a Inglaterra do rei Artur e da Távola Redonda, mas tentaram recriá-lo. Mais do que isso, eles tinham os meios tecnológicos e financeiros para fazer o que quisessem com a caixa de Pandora da história da arquitetura (Glancey, 2007, p. 154).

Com a existência de inúmeros estilos arquitetônicos, o poder da escolha de uma classe econômica faz com que surja uma arquitetura sem grandes rigores, sem o peso de um grande estilo ditando como o bem construído deveria ser entregue, possibilitou a mistura de várias técnicas no mesmo empreendimento, comprometida a ser moldada.

A ideia dominante do século XIX é de que a arquitetura deve ser representativa, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura, o status de seu ocupante, seja ele o Estado, seja ele o indivíduo particular. E por isso que a decoração se torna um elemento indispensável a ser usado em larga escala, que nada é mais adequado do que pontilhá-la de monumentos (Fabris, 1993, p. 134).

As principais modificações surgem, como explicado anteriormente, por motivos de conforto, mais especificamente de higiene, para esconder canos ou mesmo melhorias tecnológicas. Então entende-se, de modo geral, que o ecletismo é um estilo híbrido dentro da arquitetura. O ponto alto desse estilo em todo o mundo, onde suas influências chegaram ao Pará, corresponde à segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Quando trazemos esse olhar para o cenário paraense, instaurou-se de modo que houvesse uma inspiração em áreas famosas da Europa, evidenciando uma opulência econômica do Ciclo da Borracha. As fachadas decoradas com azulejos importados de Portugal, estruturas de ferro importadas de outros países, totalmente integradas com a paisagem de Belém — especialmente no bairro da Cidade Velha — revelam como o que temos hoje, bens materiais tombados desde 1616 que exibem a fundação de Belém, bem como a imagem de uma elite, buscou-se proteger, preservar e perpetuar uma imagem de que o extremo norte do país também era moderno e civilizado, assim como os povos europeus.

## 5. TERRITÓRIO AMAZÔNICO: OCUPAÇÃO

Nesse momento, é necessário lembrar que o crescimento, evolução e ocupação dos homens na terra exercem uma das principais modificações no espaço geográfico. Expandindo suas atividades de diversas formas e se certificando de que esse ambiente se forme segundo suas principais necessidades por meio de um processo de dominação, crescimento e urbanização.

Essa organização do espaço acontece de várias formas diferentes; as modificações e a intensidade delas criam ambientes artificiais que trazem conforto para o grupo social ali localizado. Então, também por que não dizer que esse ambiente geográfico tem sua parcela de influência nas dinâmicas de crescimento, memória coletiva e identidade dos que se estabelecem nesse território (Salles et al., 2013).

O contexto de ocupação e processo de urbanização do Brasil teve seu clímax por volta do século XX, caracterizado por uma enorme demanda por serviços públicos de qualidade, empregos, moradias, além do consciente conflito com gestão e ordenamento territorial dos principais centros urbanos do país (Honda et al., 2015). Vale ressaltar, contudo, segundo Comitra (2017), que as relações sociais e as atuações do poder público em cada momento da história, com suas próprias diferenciações territoriais, estão diretamente ligadas ao desenvolvimento desses grandes centros urbanos.

É necessário planejar a cidade devido ao seu dinamismo. Tanto pelo caráter mutável da sociedade e do homem enquanto indivíduo, ou por ser *locus* da reprodução do capital e das atividades ligadas ao comércio e serviços, as cidades estão sujeitas a diversos ciclos econômicos que resultam em aumento ou diminuição de população, renda, investimento, entre outros aspectos. Tais mudanças imprimem suas marcas no ordenamento do espaço urbano, sendo que em muitos momentos, essas apresentam caráter nocivo, resultando na criação de áreas de segregação espacial e vulnerabilidade socioambiental (Silva, 2017, p. 8).

Quando se busca focar no território amazônico, no processo de ocupação e colonização, ressalta-se que os povos originários passaram, de maneira forçada, por uma implementação de novos sistemas linguísticos, culturais, econômicos e ecológicos (Porto-Gonçalves, 2017). Isso acontece como modo de controle e viabilização da degradação das terras indígenas para usufruto e interesse de um poder econômico.

Por ser influenciada por uma presença ampla e complexa de sistema fluvial, a sua ocupação e formação de um modelo de povoamento urbano dependem de quão próximos estavam margeados das águas, ou seja, os que ali estiverem chegando e seus próprios moradores irão se adaptar ao *habitat* ribeirinho, como *modus operandi* de convivência e viabilidade

(Rodrigues et al., 2013). Historicamente, as cidades da Amazônia são margeadas por rios e encaminham-se a crescer, na maioria das vezes, por sua extensão.

Nesse contexto, o município de Belém tem a origem de modo ímpar, já que é inserido no Estuário Amazônico (complexo hidrográfico formado a partir de baías e ilhas). Belém também se mostra como uma península fluvial, contornada com ilhas na parte sul e, ao norte, rios como o Guamá; ao sul e a oeste, a baía do Guajará (Santos; Rocha, 2013). Entender essa região de modo insular e continental que se integra permite vislumbrar singularidade, performando uma rica sociodiversidade por diferentes modos de ocupação e identificação.

### **5.1 Belém e o bairro da cidade velha: Ocupação de 1616 a 1950**

A formação do município de Belém perpassa por uma ocupação com a necessidade de integrar o espaço e exercer uma influência portuguesa no século XVII, aumentando sua independência e sobrevivência dos ali inseridos, já que antes era uma área muito isolada. Suas primeiras construções, em janeiro de 1616, foram o Forte do Presépio e a capela Nossa Senhora da Graça, logo após a ocupação da foz do rio Pará pelo capitão-mor Francisco Caldeira Castelo Branco e seus homens, formulando, por meio da sua localização, as novas direções que a cidade seguiria e a criação das primeiras ruas.

A origem do bairro da Cidade Velha parte da principal ideia de poder territorial e dominação. Justamente para afastar os povos indígenas, bem como os franceses e holandeses que estavam pela região, a criação do bairro é simultânea à criação da própria cidade de Belém (Cruz, 1973).

Depois desse feito, a região foi sendo cada vez mais ocupada por colonos, e eles começaram a trincar ruas e a construir casas e prédios ao redor do Forte. No final do século XVII, é possível dividir a cidade em dois polos, o primeiro sendo “os bairros da cidade”, que surgiram com permissão dos próprios portugueses e ordens religiosas (Sarges, 2010). A Rua de São Mateus, atual Padre Eutíquio, servia como a marcação divisória dos bairros, afirma Cruz (1992, p. 15).



Figura 1 - Croqui mostrando a ocupação de Belém no fim do século XVII, com a indicação do núcleo original (Bairro da Cidade) e do que configura expansão (Bairro da Campina), bem como do alagado do Piri. Fonte: <https://xipaia.wordpress.com/2009/11/08/siqueira-mendes-no-inicio-rua-do-norte/>. Acesso em 24 de abril de 2026.

A primeira mudança significativa foi o aterramento de um rio que também transpassava o local, chamado de Piry ou Piri de Juçara, que impedia uma plena adaptação entre os bairros. Segundo Araújo (1998, p. 247), “era uma área baixa, pantanosa, que se transformava num lago na estação das cheias e, no verão, secava”. Essa atividade foi dividida em duas fases; a primeira teve início em 1779 e a segunda, em 1803.

Vale ressaltar que, depois desse aterramento, a área central finalmente teve um crescimento para além das áreas de margens. Esse avanço foi do século XIX e chegou ao final do XX, e seus processos de revitalização e refuncionalização vão ocorrer desde o início do XXI. No espaço vago citado anteriormente, será caracterizada uma nova centralidade com um conjunto urbano focado em uma ocupação para ser um espaço competitivo com papéis econômicos, como qualquer outra área central das capitais.

Nesse espaço, foram construídos bens que atualmente são tombados e reconhecidos internacionalmente, como o Palácio Lauro Sodré e o mercado Ver-o-Peso. “O centro das cidades é um patrimônio que se constituiu pelo seu papel estruturador das primeiras formas e funções urbanas na criação das cidades e pela sua vitalidade permanente no decorrer da história. (Araújo Júnior; Azevedo, 2012, p. 154)”.

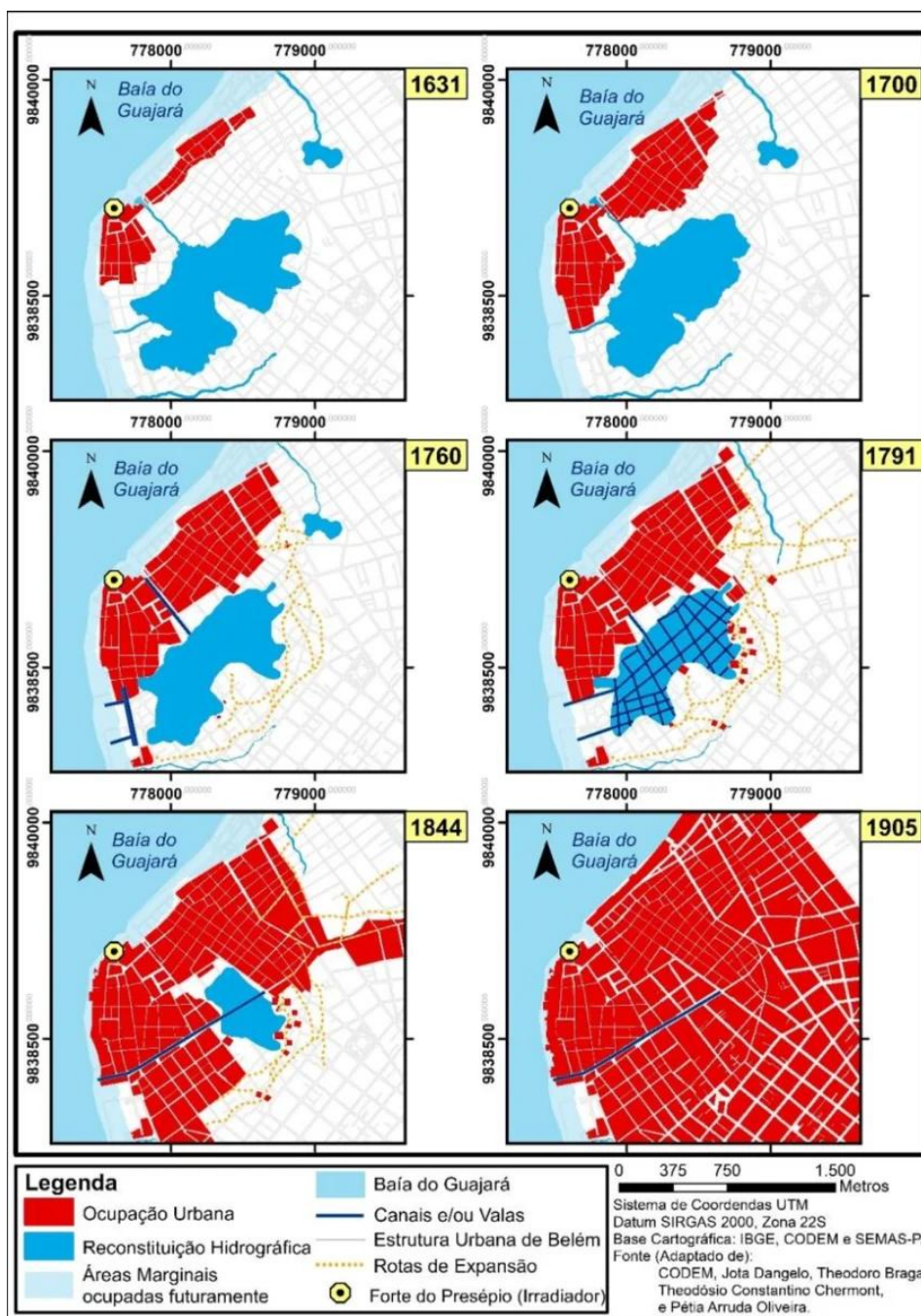


Figura 2 - Mapa da reconstituição da ocupação urbana do Alagado do Piry de Jussara. Fonte: Silva, Marcus & Lima, Aline (2021, p.38).

A segunda mudança ocorreu em 1944 com a configuração do local, que se mantém até os dias atuais, com a construção do Dique de Belém ou Dique da Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão) e a Base Aérea de Val-de-Cães. Essa renovação da infraestrutura ocorreu por meio dos Acordos de Washington, nos quais os EUA demonstravam seu interesse geográfico no Atlântico Sul (Santos, 2016). Essas obras possibilitaram a drenagem em regiões da orla que tinham a possibilidade de sofrer com alagamentos, além de diminuir a multiplicação de doenças e insetos. Por consequência, fizeram prosperar um crescimento nos bairros adjacentes, como o

Jurunas, Condor e Guamá. Todo esse resultado motivou a realização de um grande plano de saneamento nos anos 1950, que foi a criação do canal da Tamandaré, que permeia os bairros acima citados.

## 5.2 O bairro após 1950

Entre os anos de 1920 e 1960, houve uma estagnação do fluxo econômico no Norte, por causa da queda de demanda de borracha. Com isso, o fluxo de entrada de pessoas e dinheiro na capital foi alterado. Ocorreu um escoamento populacional de parte dos habitantes da Cidade Velha “histórica” para o interior, com foco em seringais e produção da juta (Santarém)<sup>4</sup>. Esse polo, até então vivendo em evidência de uma maneira industrializada, não recebe mais esse olhar de desenvolvimento (Corrêa, 2006).

Com isso, a partir de 1960, houve um maior incentivo regional, um investimento em enormes rodovias cortando a região norte, crescimento de uma estrutura fundiária e ação intensiva na exploração de recursos por parte de empresas capitalistas, um dos maiores exemplos disso é a criação da Zona Franca em Manaus. A movimentação no Pará nesse mesmo tempo é a estagnação da urbanização das cidades do interior e um foco nas capitais estaduais. Com isso, Belém recebe um investimento nas atividades industriais com auxílio de incentivos fiscais. (Corrêa, 2006).

Segundo Moreira (1966), a expansão urbana de Belém acontece em três fases: a) a fase periférica ou ribeirinha (da fundação da cidade por meio do bairro até o século XVIII); b) a fase de penetração (do século XVIII a meados do século XIX); c) a fase de continentalização (do século XIX até 1960-70). Logo após, Trindade Jr. (1988) sugere uma quarta fase, que seria a metropolização (dias atuais), que ultrapassa o município de Belém.

Nisso, focando no bairro, vale caracterizá-lo nesse momento, já que é o nosso recorte. Ele se mostra facilmente reconhecível por quem mora ou vem de fora dele, já que suas casas e arruamentos mais antigos, ainda em 1980 e 1990, têm moldes portugueses, além de abrigar vários peditórios antigos de teor religioso, como igrejas da Sé, de Santo Alexandre e São João Batista, do século XVIII, que tinham como sua maior importância e função, além de religiosa,

---

<sup>4</sup> A jiticultura constitui o ponto central de análise, por ter sido o produto agrícola que servia como sustentáculo econômico e por se inserirem nessa atividade relações sócio-econômicas explicativas da problemática atual dessa área, já havendo uma tendência de êxodo da população ribeirinha para a região de Terra-Firme (principalmente Santarém, garimpos do Tapajós e áreas de mineração próxima a Oriximiná). Delineia-se, portanto, uma séria crise na jiticultura que pode ser identificada não só pela diminuição na produção da juta a partir de 70, como também pela paralela adoção da pesca comercial como principal atividade do juteiro, em detrimento daquela de caráter artesanal - montenedora dos mananciais pesqueiros - importante atividade complementar, estreitamente ligada à natureza do varzeiro (Gentil, 1988, p. 118).

a concentração econômica e o exercício do controle da população ali concentrada (seja a elite ou mesmo as pessoas que exerciam a mão de obra). Foram extremamente importantes para o desenvolvimento da Cia. Do Grão-Pará e Maranhão até o século XIX, mostrando a grande influência que o bairro alcançou em seu auge, diz Sarges (2002, p. 161) ao analisar a Belém da Belle-Époque (1870-1912): “A remodelação da cidade tornou-se um projeto das elites locais que a propunha em nome do progresso e do interesse coletivo”.

A partir de 1990, depois de um bom tempo em que o bairro ficou de certa forma longe das suas funções iniciais e perdeu apelo populacional, acontecia de ter uma circulação alta em certos períodos comerciais e depois ser tomado pelo vazio. Ocorrendo com ele um processo de descaracterização arquitetônica da área, começa a onda de restauração pelo bairro ou revitalização. Entre 1995 e 1998, até então na gestão do governador Almir Gabriel, o intuito dessa movimentação era trazer a população para o centro da cidade, uma visão comercial e urbana vinda de países do norte global. No entanto, o que aconteceu foi uma intensificação do que se chama gentrificação.

Obras como “Estação das Docas”, “Feliz Luzitânia” e “Mangal das Garças” representam intervenções pontuais na orla, preocupadas principalmente em definir uma nova imagem para a cidade; daí as marcas arrojadas com que essas formas espaciais são pensadas, quando se leva em conta a concepção arquitetônica e urbanística. Desses, exemplos, o mais paradigmático é o complexo turístico-cultural “Estação das Docas”, pensado a partir do reaproveitamento e refuncionalização dos galpões desativados do antigo porto, herdado do período áureo da economia da borracha na Amazônia. Através do “urbanismo espetáculo” são criados e/ou reforçados valores culturais e representações sociais (Trindade JR., Amaral e Santos, 2006, p. 70).

Ao que remete, o bairro integra o Distrito Administrativo de Belém, o qual faz parte de outros oito distritos administrativos de Belém, definidos pelo plano diretor do município de Belém de 2008, que deveria ter tido uma revisão completa em 2018, mas até o momento desse trabalho, ainda vigora algumas diretrizes e planos de desenvolvimento sobre o bairro de recorte desse trabalho. A notícia mais recente é que desde 2024, existe uma revisão visando um desenvolvimento urbano.

O bairro da Cidade Velha compõe um zoneamento urbano nº 7, o qual divide em três setores, cada um com suas características e diretrizes próprias. O primeiro corresponde a parte “histórica” do bairro, pela qual permeiam funções tradicionais da sua fundação como centro comercial, administrativo e de serviços portuários, caracterizado por ter uma infraestrutura consolidada, mobilidade reduzida e a presença de degradação paisagística e ambiental, com prédios históricos também descaracterizados e um número de imóveis desocupados e subutilizados (Belém, 2008). Além disso, o setor histórico concentra os principais pontos do

período de fundação de Belém, além dos exemplares da arquitetura civil, os casarões, herança colonial portuguesa. A maioria desses imóveis tem sob si o interesse da preservação pelos órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio cultural material (Tutyia, 2013, p. 73).

O setor II é a parte que tem o efeito de transição, enquanto o entorno do centro histórico, como delimitado pela <sup>5</sup>lei, é caracterizado pelo uso misto, com ruas bem estreitas, diversidade arquitetônica com a passagem do processo de verticalização da ocupação e degradação dos imóveis históricos. Alguns dos objetivos para esse setor são a requalificação. Preservação e conservação desses imóveis, mantendo uma ambientação e legibilidade em torno desses bens, conjuntos ou quadras de interesse à preservação, além de melhorias para a mobilidade e acessibilidade (Belém, 2008).

O setor III é a parte da orla fluvial, caracterizada pela ocupação desordenada, atividades portuárias privadas tradicionais, degradação ambiental, risco social e presença de edificações históricas (Belém, 2008). Assim, podemos dizer que o bairro carrega consigo várias paisagens, remontando épocas desde sua fundação, seu crescimento e como o conhecemos atualmente. Uma mistura de caráter colonial e “centro histórico”, um mesmo bairro transparece uma diversidade de experiência e forma de existir para quem mora, passa ou visita de maneira turística.

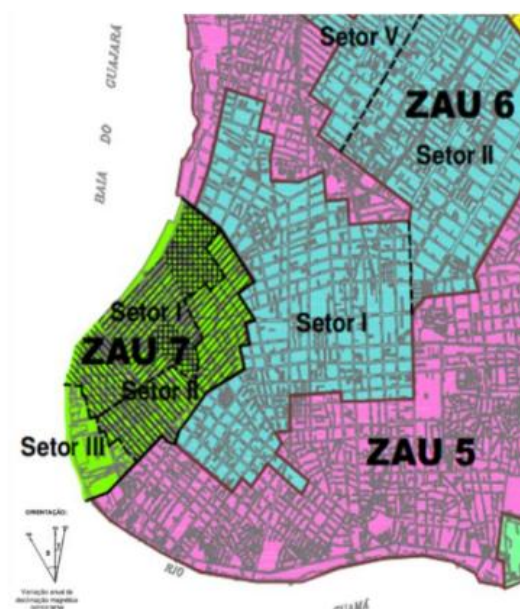


Figura 3: A ZAU 7, onde está incluído o bairro, com seus 3 setores. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2008. Alterações: Costa Filho (2019).

<sup>5</sup> A lei 7.709/94, também conhecida como Lei do Centro Histórico, dispõe sobre a preservação do patrimônio histórico, artístico, ambiental e cultural do Município de Belém e dá outras providências. A poligonal do Centro Histórico de Belém inclui parte do bairro da Cidade Velha, todo o bairro da Campina e parte de Batista Campos. O entorno do CHB inclui a outra porção da Cidade Velha e parte dos bairros de Nazaré e do Reduto. A poligonal do CHB e entorno criada em função desta lei é utilizada pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL).

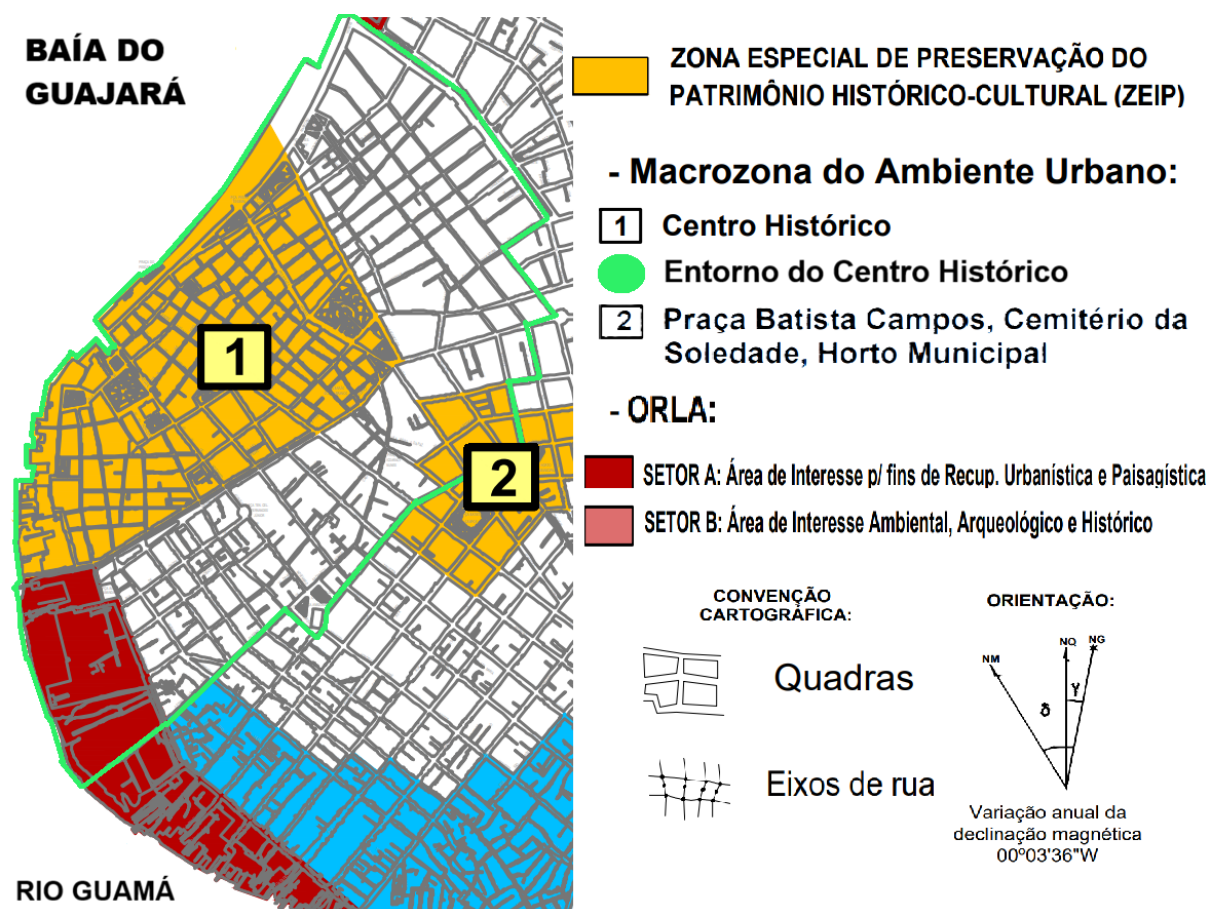


Figura 4: Indicação das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEIP) em amarelo, do Centro Histórico e seu entorno (linha em verde) e da região de orla, em marrom. Fonte: Plano Diretor do Município de Belém, 2008. Alterações feitas pela autora.

Após o Plano Diretor do Município de Belém de 2008, o bairro da Cidade Velha passou nas últimas duas décadas por um período marcado por nuances complexas, já que se promoveram leis e outros instrumentos legais para tentar coibir uma descaracterização arquitetônica que vinha ocorrendo no bairro. Não entendo, não é preciso fazer nenhuma pesquisa científica quando se frequenta o bairro e nota que essas tentativas não funcionaram.

O bairro da cidade velha ainda contém muitos edifícios e casarões antigos abandonados ou em alguma lista de espera para sua preservação e restauro. A vivência cotidiana pelo bairro, mostra uma ausência de políticas de manutenção e uma fragilidade na infraestrutura como um todo, seja no centro histórico ou em seu entorno.

Nesse ínterim, Belém anunciou ser sede da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), que ocorreu no ano de 2025 e promoveu de maneira abrupta novas dinâmicas do urbano no bairro, que se tornou alvo de investimentos, especulação imobiliária e intervenções temporárias na paisagem. Como a COP 30 é um megaevento climático, muitos projetos de requalificação estagnados por períodos longos estiveram no holofote e pressão para

serem terminados o mais rápido possível.

O patrimônio arquitetônico, nesse momento que antes era parte de um cotidiano, passa a receber uma *roupagem nova de mercadoria, ele se torna palco*. Tudo isso acontecendo enquanto os sujeitos que estão todos os dias vivendo ou frequentando essa localidade têm que de maneira silenciosa, tentar se adaptar, com riscos que vão desde a elevação de custos variados a possibilidade de retirada da sua moradia. Até esse ponto chegar, não se discute mais sobre as questões de melhoria urbana para uma população, mas sim a criação e exportação de imagem para um país e mundo. Segundo destaca o autor Souza (2025, p. 265):

A inserção de Belém no circuito de megaeventos, impulsionada pela COP 30, revela uma face perversa do planejamento urbano contemporâneo. Ao priorizar a construção de uma imagem internacional de capital sustentável da Amazônia, as políticas públicas correm o risco de aprofundar processos históricos de gentrificação e exclusão socioespacial em bairros tombados. O direito à cidade é, assim, suprimido por um imperativo mercadológico, **em que** a preservação do patrimônio arquitetônico se desvincula da fixação e valorização da população nativa, convertendo o espaço vivido em um enclave turístico voltado para o consumo estrangeiro (Souza, 2025, p. 265).

Outro problema que ficou visível atualmente, depois dos acontecimentos de 2025, foi a turistificação e a utilização dos espaços antes cotidianos, passando por uma transformação de “museificação”. Os casarões e as fachadas históricas absorvem um briefing e discurso para criar práticas culturais, um novo padrão feito e aceito para classes sociais elitistas, que gera identificação com a mesma população externa a esse território.

O que acaba acontecendo com o bairro é a instauração da gentrificação<sup>6</sup> como consequência de se priorizar um planejamento urbano para se construir uma imagem e identidade, moldado para ser vendido e gerar lucro, esse que não abarca as populações fora desse padrão. O direito a cidade, sua plena circulação e identificação por meio de experiências e vivências vai sendo desvinculado, para ser somente um produto de consumo.

A verdadeira política de revitalização urbanística que o centro histórico de Belém não se resume a fachadas que escondem obras inacabadas e insegurança pública; nenhum pavimento de ruas irá possibilitar acesso a todos se não houver, necessariamente, garantias. *Essas são: fazer com que os sujeitos locais e donos do cotidiano do território façam parte da mesa de planejamento*. Outro ponto como garantia é ter nessas negociações a possibilidade de se lutar contra a gentrificação e moldes hegemônicos de exploração do patrimônio, que historicamente exclui os indivíduos locais, é a inserção da educação patrimonial. A população como um todo,

---

<sup>6</sup> É um processo de transformação urbana onde bairros mais pobres ou degradados são revitalizados, atraindo novos moradores de classe média e alta. Fonte: <https://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>

belenense, já é orgulhosa da sua história e dos seus bens materiais e imateriais localizados e vivenciados, seja pelo bairro da Cidade Velha. As discussões e caminhos para isso são inúmeros; é possível pensar dessa forma quando autores paraenses mostram um alinhamento do patrimônio e a participação social:

O projeto Roteiro Geo-Turístico cria itinerários para engajar, sensibilizar sobre os impactos socioambientais e valorizar o patrimônio cultural, abordando espaços históricos, turísticos e contrastes urbanos na cidade. [...] Essa abordagem promove o turismo inclusivo, valoriza o patrimônio cultural e envolve a comunidade local em discussões sobre megaeventos, contribuindo para uma compreensão ampliada da relação entre patrimônio, cidade e cidadania (Tavares et al. 2024, p. 1)

A população como um todo, belenenses, percebe e sente as dinâmicas atuais do bairro da Cidade Velha. Isso não apaga ou inviabiliza as questões e conflitos da política urbana e espacial de Belém, só mostra que a identidade e o sentimento de pertencimento ainda resistem e existem no cotidiano local e vão além de um evento global decidido por outros, até porque todos os anos essa mesma população mostra ao mundo a maior procissão religiosa a céu aberto do Brasil, acontecendo todos os anos desde 1792, no mês de outubro, o Círio de Nazaré. A memória coletiva, as relações de afeto e apropriação do espaço passam pela permanência dos belenenses, independentemente da sua classe social ou econômica, com seu próprio território.

### 5.3 O espaço/lugar de identificação

Segundo o professor e geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2013), para provar seu entendimento, esclarece que as semelhanças entre “bairro” e “região” são três: seu conteúdo *composicional, o interacional e o simbólico*. Ou seja, as relações de classe ou suas atividades econômicas que inferem na morfologia espacial; as interações entre indivíduos e grupos, de onde se limita ou não onde ocorrerá a centralização do espaço; e a imagem que se transmite, como é percebido e vivido (Souza, 2013).

Além dessa comparação, vale ressaltar as definições de região e área por geógrafos como Paul Vidal de la Blache (francês) e Richard Hartshorne (americano-estadunidense). A região, de acordo com La Blache, trata-se de um fragmento espacial material, sua existência é autônoma em relação a percepção da nossa consciência humana. Já a área, na concepção de Hartshorne, são os recortes espaciais teóricos, concebidos teoricamente, concebidos pelo nosso intelecto para suprir as nossas demandas analíticas sobre o mundo real. Retomando o que foi citado antes no item 5.1.2, a região pode se constituir de forma efetiva quando apresenta

particularidades que adotam um caráter único (Souza, 2013).

A mesma situação multifacetada ocorre em um bairro, principalmente o bairro da cidade velha, que apresenta percepções de tempo e espaço de diferentes épocas, identidade de diferentes interesses, que muitas vezes muda dependendo da rua atravessada. Cada pessoa tem sua vivência e história, ou seja, as pessoas constroem uma identidade a partir do espaço que as molda ou mesmo do que vivenciam, com o que se deparam. As pessoas que vivem nesse bairro ou que passam por ele conseguem, mesmo que de forma rápida, atribuir a paisagem significado ou impressões significativas.

A respeito desse tema, Lynch (1982) afirma que:

A criação da imagem ambiental é um processo duplo entre observador e observado. Aquele que se vê é baseado na forma exterior, mas a forma como isso se interpreta e organiza e como se dirige a atenção afeta, por sua vez, o que é visto. O organismo humano é altamente adaptável e flexível e grupos diferentes podem ter imagens essencialmente diferentes da realidade exterior (Lynch, 1982, p. 144).

Segundo Kohlsdorf (1996, p. 37), “esse processo se identifica com a formação social da imagem do espaço, ou seja, a maneira como o espaço físico torna-se o espaço social, e, portanto, espaço simbólico”. É perceptível que o bairro da Cidade Velha carrega uma quantidade de informação na sua paisagem e por meio dos seus patrimônios materiais construídos, possibilitando a criação dos mais variados significados e sentimentos afetivos nos indivíduos, gerando o sentimento de pertencimento e identidade para com um lugar.

Para Kohlsdorf, a noção de lugar provém da espacialidade do próprio sujeito; assim, um espaço idealizado se encontra intrinsecamente ligado à forma de agir e à experiência de verdade de cada pessoa, caracterizando-se, num primeiro momento como a criação de um vínculo de origem a uma localização de onde se situa o mesmo em um espaço.

As atividades da apreensão caracterizam-se por se constituírem em um movimento de objetivação, no sentido de aproximação da realidade. [...] Por isso se considera essa etapa como fornecedora permanente de elementos a serem submetidos a teorizações: a percepção, como primeiro nível de apreensão do real; a formação da imagem, como o segundo; e o relacionamento da percepção e da imagem com informações mais elaboradas (secundárias) como um terceiro nível. Todos esses níveis apresentam um movimento entre estruturas figurativas e operativas e entre atividades sensorial-empíricas e teórico-abstratas (Kohlsdorf, 1996, p. 65).

Sendo assim, é possível perceber que as ações de vivências dessas pessoas pelo bairro não fazem do bairro só um cenário inalterado e passivo da vida delas, mas sim a relação desse objeto com essa pessoa é permeada de percepção e memória coletiva. Ou seja, vivendo, passeando, realizando as atividades, sejam quais forem, no bairro, seus moradores estão produzindo uma ligação, sentimento e intenção de que deixam marca na sua identidade, adequando-se e

valorizando o entorno também. Por meio desse vínculo criado, entre sujeito e objeto (o espaço), permeia o conceito de lugar.

[...] verificamos que, quando ocorre a dotação de afeto ao lugar, quando vão sendo construídos sentimentos de pertencimento e aparecem ações de apropriação simbólica do espaço, o indivíduo está moldando um lugar para si enquanto reconstrói sua própria identidade (Duarte, 2020, p. 132).

Entende-se que quando o lugar é repleto de afeto por parte dos sujeitos ali inseridos. As mudanças que ocorrem no espaço, que moldam esse lugar, fazendo que ocorra uma adaptação e construção de identidade do sujeito, então esse espaço se forma como um reflexo do sujeito e das existentes ou futuras relações sociais que ele irá ter.

## 6. MAPAS MENTAIS: UMA TÉCNICA DE ANÁLISE

Retomando o assunto sobre as questões metodológicas para a pesquisa, nesse momento será utilizada a segunda parte da pesquisa, a qual fará uso dos mapas mentais, nos quais existe a possibilidade de observar e analisar de maneira íntima a criação do elo de sentido de pertencimento e identidade que os alunos criam com o local por meio do cotidiano escolar situado em um bairro com bens patrimoniais tombados.

Os mapas mentais geralmente são pobres em objetos geográficos. As informações geográficas incluem os objetos visitados, estradas percorridas, informações ouvidas ou lidas, conhecimento sobre distâncias, zonas climáticas e países vizinhos. O conhecimento histórico ou linguístico pode influenciar muito o mapeamento mental. Os mapas mentais têm muitos erros que dependem, em grande parte, da educação individual. Portanto, os mapas mentais são um reflexo do conhecimento, da percepção e da interpretação individual do mundo como um espaço geográfico [...] os mapas mentais do mesmo espaço são diferentes para cada indivíduo, mas podem ser generalizados para grupos sociais em bases regionais, nacionais, culturais ou outras (Gurjanovaite e Beconyte, 2013, p. 2-3, tradução nossa).

Seguindo, o principal autor utilizado nessa parte da pesquisa e expoente desse tipo de vertente ou método, o geógrafo humanista Yi-Fu Tuan (2012), apresenta uma linha de pensamento sobre os assuntos de pertencimento e a vida de bairro.

Uma pessoa, no transcurso do tempo, investe parte de sua vida emocional em seu lar e, além de lar, em seu bairro. Ser despejado, pela força, da própria casa e do bairro é ser despido de um invólucro, que devido à sua familiaridade, protege o ser humano das perplexidades do mundo exterior. Assim como algumas pessoas não relutam em abandonar um velho casaco por um novo, algumas pessoas — especialmente idosas — relutam em abandonar seu velho bairro por outro com casas novas. A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. [...] Os povos analfabetos podem estar profundamente afeiçoados ao seu lugar de origem. Eles podem não ter o senso ocidental moderno, mas quando procuram explicar sua lealdade para o lugar, ou apontam os laços com natureza (o tema mãe-terra), ou recorrem a história [...]. A história é responsável pelo amor à terra natal (Tuan, 2012, p. 114-115).

A presente pesquisa utilizou a técnica dos mapas mentais como instrumento de coleta de dados, os quais foram aplicados a uma amostra de 30 estudantes de uma escola pública: a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej. Os participantes estavam distribuídos entre o 9º ano do Ensino Fundamental e o 1º e 3º anos do Ensino Médio, com idades variando entre 14 e 24 anos. Após a aplicação, 16 mapas mentais foram selecionados para análise, uma vez que atendiam aos critérios estabelecidos para a pesquisa.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de mapas mentais em sala de aula. Precedeu a atividade uma breve apresentação sobre a pesquisa e um diálogo com os alunos acerca do bairro da Cidade Velha. Em seguida, os participantes receberam uma folha em branco e foram estimulados a elaborar seus mapas mentais a partir de perguntas como: “O que você

considera de mais importante no bairro da cidade velha? O que mais gosta do bairro? Se tivesse um amigo que nunca conheceu o bairro da Cidade Velha, o que iria mostrar de mais importante para ele? Agora faça um desenho sobre isso”.

De acordo com Yi-Fu Tuan (2012, p. 18), a percepção se caracteriza por meio das reações dos sentidos das pessoas aos reflexos do espaço físico e da sociedade cultural na qual vivem, em um desenvolvimento no qual o objeto de valor para o indivíduo fica registrado em sua memória, por meio de uma representação; entretanto, outros fatores são facilmente bloqueados.

Outros, como Gurjanovaite e Beconyte (2013), reforçam e enriquecem essa discussão, expondo:

Quando um indivíduo se depara com uma nova experiência, ele precisa explorá-la, assimilá-la, compará-la com a já existente e introduzi-la em seu conjunto mental. Se o conhecimento recém-adquirido ou parte dele não corresponder às informações familiares ou não as confrontar, o indivíduo simplesmente as rejeita ou ignora ou, se as informações forem inegáveis, muda sua percepção (Gurjanovaite e Beconyte, 2013, p. 2, tradução nossa.).

Tuan (2012) ainda fortalece a ideia de que, em meio ao indivíduo que cresce, os valores culturais à sua volta o conduzem de maneira mais rigorosa ou intensa em suas ações e vivências:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura. (Tuan, 2012, p. 4-14).

A partir desse ponto na discussão, Tuan (2012) fala sobre admitir um conceito chamado de topofilia, que é um “elo efetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal” (Tuan, 2012, p. 5). Em consonância, topofilia é intrinsecamente sobre o entendimento de lugar e identidade do ser humano no meio em que habita. Esse relacionamento mantido pelo cotidiano do indivíduo com o local floresce ou mesmo se faz possível criar laços que irão exercer uma familiaridade e simbolismos, podendo vir a despertar orgulho e sentimento de pertença (Tuan, 2012, p. 107; 339).

**A palavra ‘topofilia’ é um neologismo**, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os **laços efetivos** dos seres humanos **com o meio ambiente material**. Estes diferem profundamente em **intensidade**, sutileza e **modo de expressão**. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida, pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os **sentimentos** que temos para com o **lugar**, por ser o **lar**, o **locus de reminiscências** e o **meio de se ganhar a vida** (Tuan, 2012, p. 107, grifo nosso).

Nesse entendimento, Tuan (2012) explica que os mapas mentais são um modo de projeção espacial dos indivíduos, representando um conjunto de imagens e sentimentos emocionais que eles mantêm com o meio em que vivem.

### **6.1 Análise dos resultados.**

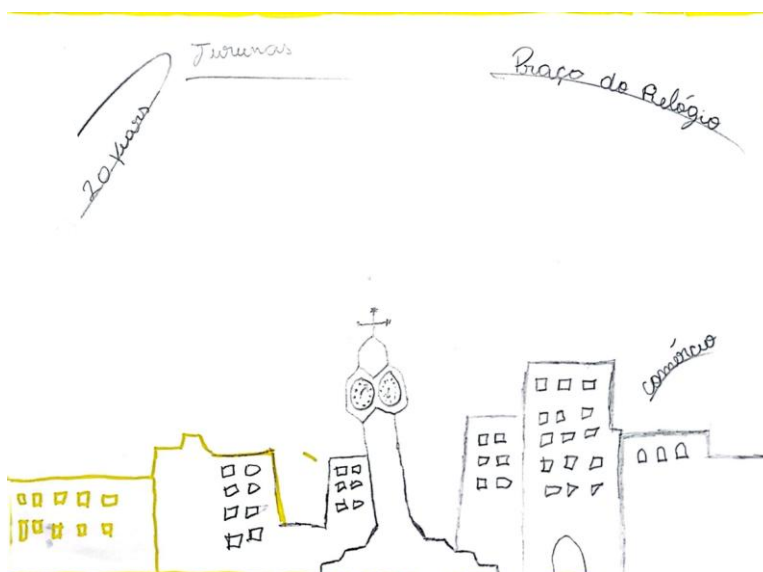
A análise dos mapas mentais evidencia que o bairro da Cidade Velha é compreendido pelos participantes não apenas como um espaço histórico e patrimonial de Belém, mas também como um território vivido, marcado por experiências cotidianas, vínculos afetivos e práticas de convivência. Conforme assinala Tuan (2012), os símbolos públicos contribuem para sintetizar a imagem de um lugar e favorecer processos de identificação coletiva, funcionando como referências que condensam significados partilhados pelo grupo social. Nesse sentido, a Cidade Velha se destaca como um dos bairros mais simbólicos da capital paraense, em razão da expressiva presença de bens materiais tombados e da forte associação entre paisagem urbana, memória e identidade local.

Com isto elucidado, o bairro da cidade velha, por seus inúmeros bens tombados, passa a ser claramente identificado como símbolo de valorização da cultura, isto é exposto pela análise no momento da aplicação e o resultado que os mapas mentais apresentam. Em sua maioria, houve um ou mais bens culturais materiais desenhados, corroborando o intuito de entender e verificar se, e por meio destes, há uma valorização, propagação de identidade local e fortalecimento de laços de pertencimento.

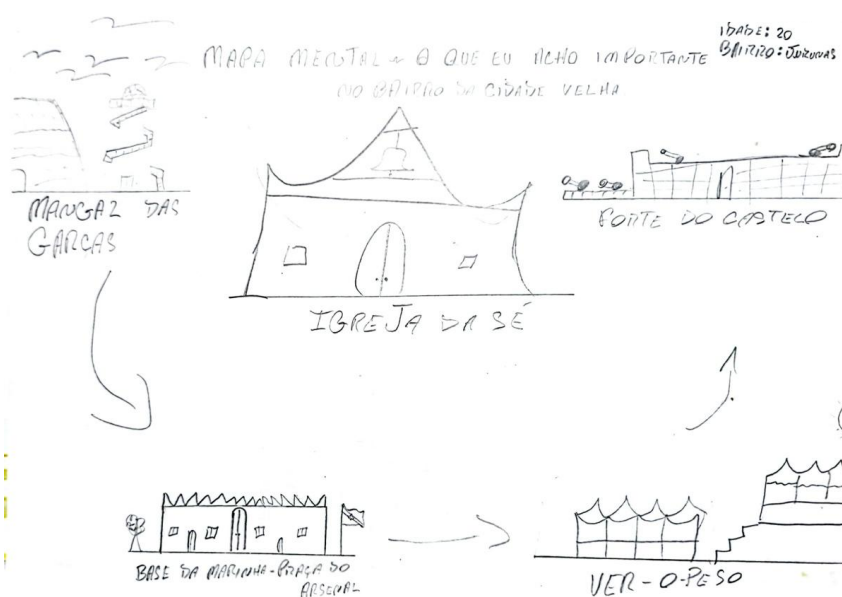
Autores como Peter Gould e Rodney White (1974, p. 74) articulam sobre a forma como os mapas mentais demonstram as concepções dos indivíduos com o espaço, do lugar e das pessoas. Essa conexão emocional que criam com estes lugares é refletida por meio da posição e relativa distância de cada objeto desenhado no mapa. Consoante isso, continuam estabelecendo que o objeto que mais se centraliza é aquele que se tem maior sentimento. A situação inversa ocorre proporcionalmente.

Os mapas produzidos pelos estudantes demonstram que, em grande parte dos desenhos, o patrimônio cultural material ocupa posição de destaque, seja de forma centralizada, seja por meio de sua presença reiterada no conjunto da composição. Esse dado é relevante porque revela que os participantes reconhecem os bens patrimoniais como elementos constitutivos da imagem mental do bairro. Assim, os desenhos não apenas reproduzem edificações, mas também expressam a percepção de que esses marcos urbanos participam da organização simbólica do espaço e da construção do sentimento de pertencimento.

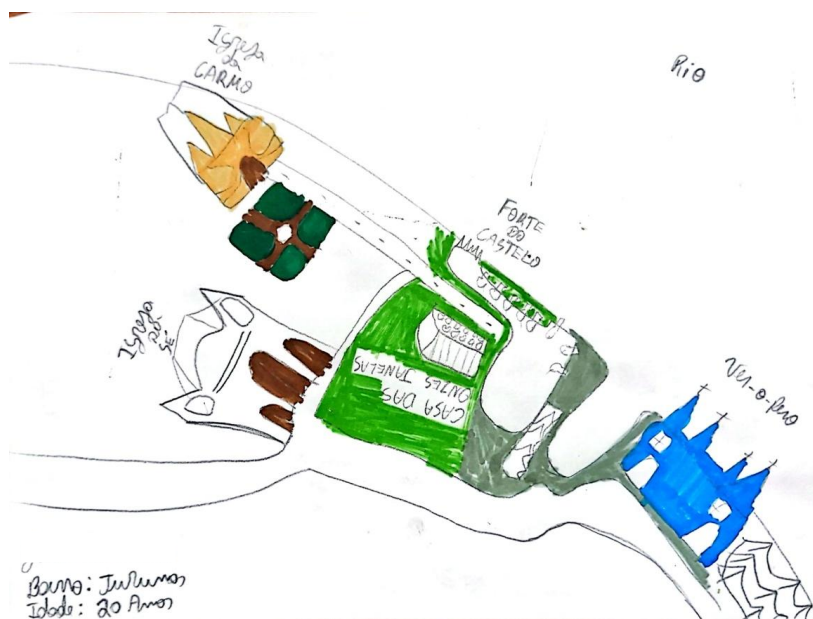
A leitura dos mapas foi orientada por quatro critérios principais: a localização relativa dos objetos representados, a posição central ou periférica desses elementos, a estrutura espacial do desenho e o significado atribuído aos lugares representados, conforme propõe Benatti (2016). A partir dessa perspectiva, observou-se que os mapas 2, 3, 4, 5, 8, 10 e 13 apresentam maior incidência de patrimônio cultural material, geralmente colocado em posição central ou em local de maior visibilidade. Essa centralidade indica que tais bens são percebidos como referências importantes na imaginação espacial dos estudantes, reforçando seu valor simbólico no cotidiano do bairro.



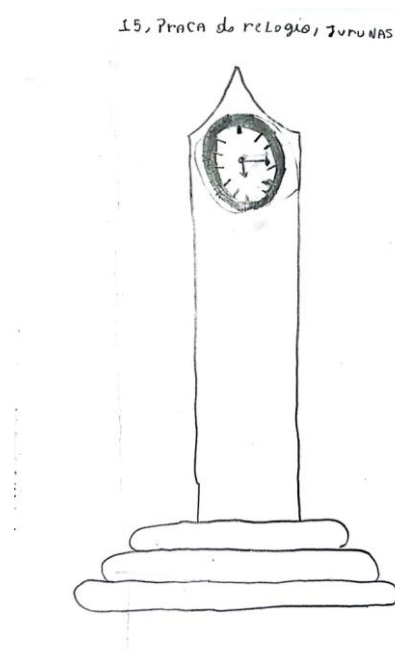
Mapa mental 2. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.



Mapa mental 3. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.



Mapa mental 8. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.



Mapa mental 10. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Entre esses, destacam-se os mapas 4, 5 e 13, nos quais há maior detalhamento das formas arquitetônicas e dos elementos de composição urbana. No mapa 4, por exemplo, a representação minuciosa das grades das janelas e do telhado do casarão demonstra atenção ao aspecto formal do bem patrimonial. Já no mapa 13, a representação das calçadas e das placas de sinalização revela preocupação com a espacialidade e com a leitura concreta do ambiente urbano. Esses resultados sugerem que o patrimônio cultural, quando incorporado à experiência cotidiana,

deixa de ser apenas um objeto de contemplação e passa a integrar uma relação de reconhecimento, familiaridade e afeto.



Mapa mental 4. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.



Mapa mental 5. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.



Mapa mental 13. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Os mapas 6 e 7 também apresentam bens patrimoniais, mas com distribuição periférica no espaço gráfico. Neles aparecem referências como o Palacete Pinho e o Mercado Ver-o-Peso, o que confirma a presença de marcos culturais relevantes, ainda que não ocupem o centro da composição.



/17 anos / Cidade Velha

Mapa mental 7. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

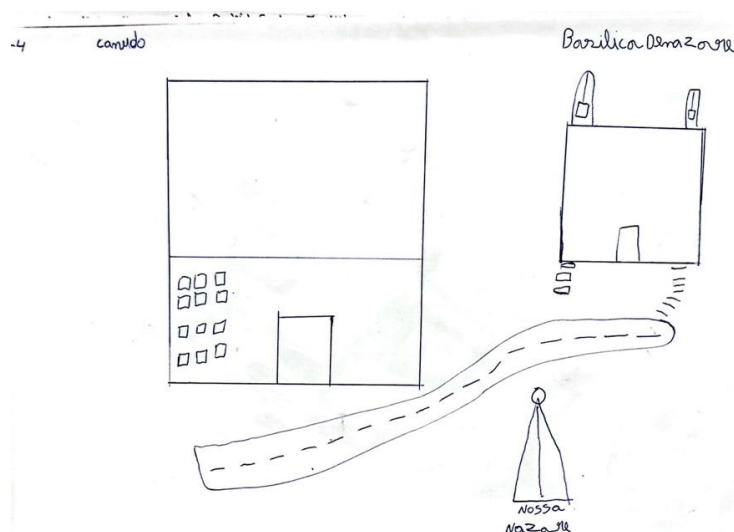
No mapa 6, além do desenho do bem patrimonial, há uma anotação escrita pela participante, na qual a estudante declara a importância dos patrimônios públicos na Cidade

Velha: “O que eu mas acho importante na cidade velha: penso nos patrimônios públicos”. Esse registro reforça a dimensão reflexiva da atividade, indicando que a representação gráfica foi acompanhada de uma percepção explícita sobre o valor cultural do bairro, o que só reforça o que é dito acima.



Mapa mental 6. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Outro caso significativo é o mapa 9, no qual a participante representa a Basílica de Nazaré, bem tombada, situada em bairro vizinho. Ainda que não pertença ao recorte espacial estrito da pesquisa, sua inclusão revela que a imagem mental da cidade e de seus espaços significativos ultrapassa fronteiras administrativas rígidas. Nesse caso, a escolha do patrimônio religioso também aponta para a relação entre fé, experiência pessoal e vinculação simbólica com a paisagem urbana, demonstrando que a identificação com o lugar não se restringe ao que está fisicamente dentro do bairro, mas se amplia pela vivência subjetiva e pela circulação cotidiana.



Mapa mental 9. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Sobre os mapas mentais de números 1, 11, 12, 14, 15 e 16, os alunos representaram o seu cotidiano de formas variadas e a importância focada em objetos e locais variados pelo bairro também. Nos números 1 e 15, os alunos afirmaram, durante a conversa sobre a explicação da atividade, que moravam no bairro recorte da pesquisa, então escolheram suas moradias. Diante do que foi elucidado sobre lugar, pertencimento e lar acima. Pode-se teorizar que seus respectivos desenhos demonstram a valorização de seu próprio local de habitação, sua familiaridade, seu envolvimento emocional e proteção ao externo, representado por suas casas (Tuan, 2012).



Mapa mental 1. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Além de que estes mesmos indivíduos têm seu cotidiano intimamente ligado a um bairro histórico-cultural, o que, no final, irá reverberar em maior intensidade, é sua relação afetiva ao seu espaço íntimo de convívio, aos objetos pessoais que nele existem e aos laços emocionais com o primeiro grupo que impacta sua percepção de mundo e identidade. Destaca-se o autor do mapa número 15 pela tentativa muito fiel de representar a arquitetura das casas geminadas localizadas na parte comercial.

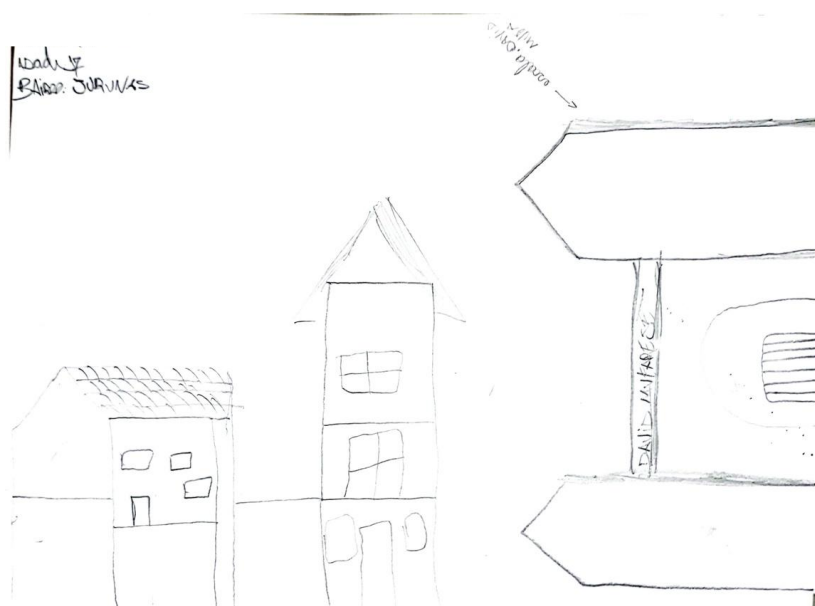


Mapa mental 15. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Os mapas 11 e 14 atribuem maior centralidade à escola, o que demonstra a relevância desse espaço na vida dos participantes. A escola não aparece apenas como instituição de ensino, mas como lugar de socialização, encontro e construção de relações para além do núcleo familiar. A centralidade concedida a esse espaço sugere que o pertencimento se desenvolve também por meio das interações sociais e da repetição das experiências cotidianas, confirmando que o sentimento de vínculo com o bairro é produzido na prática diária e não apenas pela contemplação de seu patrimônio histórico.



Mapa mental 11. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.



Mapa mental 14. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

O autor do mapa de número 16, identifica o seu local de trabalho, no centro, tomando o espaço de toda a folha, mostrando que seu desenvolvimento de identidade e entendimento de mundo externo está vinculado à sua relação de existência e economia.



Mapa Mental 16. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Já no mapa 12, a representação da avenida, dos edifícios e da arquitetura visível a partir do entorno da escola revela uma leitura do bairro marcada pela observação do ambiente construído e pela percepção de sua organização espacial. Em ambos os casos, percebe-se que o bairro é interpretado como espaço funcional, vivido e dinamizado por trajetórias concretas.



Mapa mental 12. Fonte: elaborados pelos alunos da Escola David Salomão Mufarrej, 2024.

Vale relembrar, por meio de Ortega Villa (2013), as questões de representações que foram além do patrimônio.

Quando se trata de preferência ou identificação por um lugar, os aspectos visuais não são os mais importantes, já que os elementos que aludem à interação humana, aos elos estabelecidos com o lugar através das relações com outras pessoas, são aqueles que adquirem predominância. Assim, um lugar é preferido por um indivíduo ou é 'seu' lugar

(com o qual ele se identifica, onde se encontra) porque ali tem suas experiências, suas interações com seus ‘outros’, aqueles que permitem que ele esteja e se localize no mundo em oposição ao seu próprio ser, e são esses resultados que demonstram características consideradas como topofilia, a afeição a um lugar, constituído pelas interações com outros seres humanos que coabitam em um mesmo espaço físico (Villa, et al., 2013, p. 87, tradução nossa).

Essa perspectiva que a Ortega traz clareza na observação nos mapas 1, 11, 12, 14, 15 e 16. Ao escolherem desenhar a própria casa, a escola e o ambiente de trabalho em vez dos monumentos históricos, esses alunos materializaram o sentido de que o patrimônio e o sentimento de pertencimento são, antes de tudo, estabelecidos nas relações interpessoais e experiências de vida e cotidiano do sujeito.

Consequentemente, o sentimento de pertencimento ao bairro não acontece de forma única, nem por meio da imponentia estética e paisagística de seus espaços tombados ou de interesse histórico. A topofilia analisada nos alunos, mostra claramente que, independentemente do peso histórico do que o bairro carrega, ele age na vida dos estudantes como um suporte ou mesmo espaço/lugar vivo que fortalece um desenvolvimento de laços afetivos no cotidiano.

Seja nas realizações simples, como ir até a escola, passear ou fazer turismo local, ou no voltar para casa, todas essas atividades se tornam vivências que têm como plano de fundo o espaço tombado. Esse patrimônio arquitetônico está estampado de diferentes formas na memória e trajetória individual desse sujeito, principalmente dos estudantes dos entrevistados. Ou seja, esse bairro está, por meio desses indivíduos, recebendo sentido identitário, pois é habitado e (res)significado pela comunidade.

Diante dessas análises, essa pesquisa se conclui. Entendendo que o patrimônio serve como fundação e ao mesmo tempo, como um organismo vivo e pulsante, abrigando memórias, sejam individuais ou coletivas, inspirando o senso de identidade e gerando raízes profundas de pertencimento local e regional. Preservar e conservar o bairro é reconhecer que as futuras gerações continuem se enxergando, identificando, vivendo e tornando vivo o espaço que não conta só sobre o passado desse sujeito, mas também ajuda a criar sua própria história. Dessa forma, as interações sujeito/patrimônio no espaço “bairro da Cidade Velha” consolidam a identidade paraense.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito analisar as dinâmicas socioespaciais e afetivas no Bairro da Cidade Velha, em Belém-PA, tomando o patrimônio cultural material não apenas como vestígio histórico, mas como elemento ativo na produção de sentidos, identidades e pertencimentos. Ao longo do percurso investigativo, tornou-se possível ultrapassar uma leitura meramente contemplativa ou monumental do patrimônio, incorporando também a dimensão subjetiva da experiência dos sujeitos que vivem, circulam e se relacionam cotidianamente com esse espaço urbano.

O desenvolvimento da pesquisa permitiu compreender que os casarões, igrejas, praças e ruas do bairro da Cidade Velha não devem ser interpretados apenas como objetos fixos ou testemunhos do passado. Esses bens integram um processo contínuo de significação, no qual memória, identidade e pertencimento se articulam de maneira indissociável. Nesse sentido, o patrimônio cultural material atua como suporte para a preservação de lembranças coletivas e, simultaneamente, como mediador de vínculos simbólicos entre os sujeitos e o território.

Vale salientar, que o primeiro objetivo específico, foi trabalhado com muito esforço no sentido de ter uma literatura que desse a oportunidade de aprofundar o entendimento sobre os diversos conceitos abordados, como memória coletiva, identidade e patrimônio cultural. Durante a construção do referencial teórico de “identidade” que não é conceito estático, mas um processo metamórfico contínuo.

Em seguida, ao debruçar-se sobre a teoria de Stuart Hall, buscou-se compreender o sujeito e o modo como ele se fragmenta com o passar do tempo, sobretudo na pós-modernidade. Verificou-se, ainda, que a identidade cultural se alicerça na relação desse sujeito com o exterior, carregando em seu subconsciente a dualidade entre o mundo íntimo e o mundo social. Desse modo, é possível perceber que o sujeito belenense que vivencia o bairro em seu cotidiano, recorte social adotado como objeto deste trabalho, tem sua identidade constantemente negociada e especulada diante dos impactos da globalização, das pressões econômicas, da influência de múltiplos poderes e do processo de turistificação que ocorrem no bairro da Cidade Velha.

No que tange à memória coletiva, ocorreu a base de um entendimento por meio de Maurice Halbwachs, que demonstrou que as lembranças individuais são, de forma variável, moldadas por quadros sociais na memória. O bairro da Cidade Velha funciona, dessa forma, como um imenso repositório vivo para esses quadros na memória da população do bairro e de quem mora no município como um todo. O patrimônio ali edificado e tangível demonstra para a sociedade que é um suporte que garante a passagem de memórias, tornando-se de

ressignificação e que inevitavelmente proporciona a criação de uma narrativa contínua no tempo.

Essa revisão sobre o patrimônio cultural se consolida por diversos autores, bem como Choay e Barreto, e procurou entrelaçar a existência desse patrimônio como uma construção social na contemporaneidade, coexistindo com a vida cotidiana das pessoas inseridas no mesmo espaço. Mesmo sendo um ativo turístico, exerce uma proximidade do sujeito com o espaço, ponte para exercer reconhecimento. Com isso, foi possível responder ao primeiro objetivo, entendendo que a identidade, memória e patrimônio foram uma triangulação indissociável: o patrimônio permite abrigar a memória, e essa fomenta identidade.

Para o segundo objetivo, em que se buscava compreender as percepções e modos de apropriação por um recorte de sujeitos em fase escolar, buscando identificar os elementos que constituem o sentido de lugar para eles, a pesquisa descritiva e exploratória adotada como metodologia, se viu realizada ao se permitir uma aproximação e frequência ao visitar o bairro. O bairro da Cidade Velha, pilar de fundação da capital paraense, um dos palcos da Belle Époque amazônica, foi *investigado* tanto por meio dos relatórios governamentais e estudiosos paraenses, como de forma humana na visita para a aplicação dos mapas mentais, além de ser uma pessoa que mora originalmente no município da realização da pesquisa.

O modo de vida nesse recorte espacial é permeado por uma dualidade: de um lado, observa-se uma significativa relevância histórica para o estado do Pará; de outro, evidenciam-se vivências cotidianas simples, tais como interações nas calçadas das residências, trajetos para a escola ou para o trabalho, comércio local e relações de vizinhança. Conforme abordado neste trabalho com base em autores como Yi-Fu Tuan e seu conceito de topofilia, o espaço geográfico abstrato transforma-se em lugar a partir do momento em que é revestido de valor e afeto humanos.

A pesquisa então demonstrou que a percepção dos estudantes, moradores ou não daquele bairro, que tem como ponto de encontro a escola localizada ali, se perpetua por meio da vivência e do cotidiano, ou seja, o sentido de lugar se consolidou nas interações diárias que esses alunos têm com esses patrimônios, sendo *tela de fundo* e ao mesmo tempo, tendo seus momentos de *protagonista* nessas vidas. O patrimônio arquitetônico traz legitimidade a sua permanência, enquanto os sujeitos que ali vivem trazem vida, significado, funcionalidade e se moldam *identitariamente* por meio dele.

No que se refere ao terceiro objetivo específico, a técnica dos mapas mentais mostrou-se especialmente adequada à investigação, por possibilitar a expressão visual das percepções e prioridades afetivas dos participantes. Ao contrário de instrumentos mais rígidos e fechados,

essa metodologia permitiu capturar não apenas o que os sujeitos veem, mas também o que valorizam, lembram e ressignificam em seu cotidiano. A leitura dos mapas, com base em critérios de centralidade, localização relativa, estrutura espacial e valorização simbólica, revelou que o patrimônio cultural material é frequentemente representado em associação com experiências pessoais e formas concretas de vivência do espaço. A aplicação junto aos alunos da Escola Estadual David Salomão Mufarrej ofereceu resultados singulares e de certa forma, reveladores.

Ao analisar cartograficamente, amparando-se nos critérios propostos por teóricos como Gould, White e Kozel, foi permitido ler nas entrelinhas dos mapas as verdadeiras prioridades afetivas dos jovens estudantes. Quando se analisavam as estruturas dos desenhos, sua centralização e a localização relativa dos objetos desenhados, podia-se mensurar o grau de afetividade e a importância subjetiva que cada elemento exerce sobre o sujeito.

Destaca-se então o sentimento de pertencimento, que se manifesta de muitas formas. Como no mapa mental 9, ao retratar a Basílica de Nazaré – ainda que geograficamente situada fora do recorte exato do bairro –, infere-se que a identidade cultural e a memória coletiva do belenense não abrangem uma fronteira ou limitação territorial rígida. Expõe o forte elo com a festividade do Círio de Nazaré, que pode perpassar como tela de fundo do aluno, entrelaçando o patrimônio material ao imaterial. Totalmente diferente quando se analisam os mapas 1 e 15, que mostram suas casas como o primeiro que se iria apresentar a alguém que nunca tinha ido até o Belém, fomentando como eixo principal da sua identidade, seu lar no bairro histórico. Seu cotidiano e intimidade fazem parte desse espaço tombado como patrimônio.

Consequentemente, os Mapas 11 e 14 posicionam a escola como ponto central, corroborando a ideia discutida no referencial teórico acerca da socialização primária. Isto é, as primeiras interações estabelecidas fora do núcleo familiar, as quais representam, até determinado momento, um universo completo para alguns jovens. Quando essa instituição de ensino está situada em um bairro como o da Cidade Velha, os trajetos da vida cotidiana passam a dividir o mesmo espaço. O ato de percorrer ruas calçadas com pedras oriundas de Portugal, entre igrejas, praças e edifícios tombados, faz com que sua utilização seja neutralizada, ou ainda que esses elementos funcionem meramente como uma tela de fundo de apelo estético. Nesse contexto, a convivência com o patrimônio não o torna mais especial ou mais evidente do que as interações sociais que constituem o foco da vida do sujeito; ao contrário, o patrimônio é naturalizado enquanto cenário.

Isso também ocorre no mapa 16 com o ambiente de trabalho, com o mapa 12, que foca na via pública pelo olhar de trás dos muros da escola, validando que o lugar é consequentemente

um produto da interação humana. A preferência por um espaço não ocorre apenas por sua beleza paisagística, mas pelas experiências vividas todos os dias, pelas relações econômicas, educacionais e pelas relações entre grupos e indivíduos ali geradas. Os mapas mentais, como técnica, cumpriram seu papel de revelar ou mostrar a toponímia oculta e a complexa teia de adaptação e posse da área espacial ali presente no cotidiano desses alunos.

Todos os objetivos específicos respondidos, é possível partir para o assunto geral da pesquisa, como objetivo geral, o de compreender a importância do patrimônio arquitetônico na construção do sentimento de pertencimento da população do bairro da Cidade Velha. Pode-se concluir que a importância do patrimônio material na cidade velha é absoluta, sistemática e indispensável.

Entretanto, essa importância não está somente no tombamento técnico ou valor arquitetônico dos prédios ou casarões com fachadas luso-brasileiras, ou mesmo na representatividade para o turismo cultural belenense. A força motriz que gera a magnitude do patrimônio se encontra na capacidade dele de atuar como *ancoragem* para o nascer de uma identidade coletiva e individual. Ele conta o tempo, oferece marco ancestral, história e resistência.

Foi possível compreender que o sentimento de pertencimento da população, seja moradores, frequentadores, passantes diários ou mesmo estudantes no bairro da Cidade Velha, é uma construção de realidades diversas, significados múltiplos e identidades que não estão sendo criadas de forma isolada, mas por meio de interações e linguagens diversas, trocas entre sujeitos de diferentes recortes sociais.

O indivíduo se apropria do bairro ao caminhar por ele, ao desenhá-lo na sua mente, ao se utilizar das praças para momentos de descanso, ao visitar as edificações ou mesmo reutilizá-las para trabalho, lazer ou fé. O bairro se molda aos indivíduos, sem que eles percebam, o que infere sobre si um profundo senso de identidade local e regional. O patrimônio atua como ponte ou facilitador dessas relações humanas e suas necessidades; ele oferece estrutura para que esse tecido social se desenvolva. O sentimento de pertencimento nasce da percepção de que o sujeito não é alienado ou mesmo passivo no espaço, mas sim um agente que fomenta em si e para os outros, além das próximas gerações, o reconhecimento que esse espaço exerce.

Como toda pesquisa acadêmica, esse trabalho apresenta limitações que abrem caminhos para futuras investigações. O recorte metodológico centrado em alunos de uma instituição de ensino pública proporcionou um olhar extremamente rico sobre o olhar da juventude e sua relação precoce com o patrimônio. No entanto, para estudos futuros, seria melhor ampliar a aplicação para outras faixas etárias, como idosos residentes de longa data no bairro,

comerciantes locais ou os próprios turistas, ampliando uma comparação das diferentes dimensões de toponímia e pertencimento que permeiam o bairro da Cidade Velha.

## 8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. C. de; EMMENDOERFER, M. L. Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: conexões e reflexões. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 11, n. 1, p. 1-18, 2023.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: **Voices**, 2002.
- ARAÚJO, Aneide Oliveira; OLIVEIRA, Marcelle Colares. **Tipos de pesquisa**. São Paulo: [s. n.], 1997.
- ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no Século XVIII**: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.
- ARAÚJO JÚNIOR, A. C. R.; AZEVEDO, A. K. A. Formação da Cidade de Belém (PA): Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico. **Revista Espaço Aberto**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 151-168, 2012.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 7. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- BELÉM (Município). **Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém. Belém: Câmara Municipal, 2008.
- BENATTI, Camila. A cidade-santuário de Fátima: percepções do território religioso por meio da análise de mapas mentais. **Ateliê Geográfico**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 183, [2016]. DOI: 10.5216/ag.v10i2.35450.
- BENGIO, Fernanda Cristine dos Santos; AQUIME, Rafaela Habib Souza; FARIAS, Fernando Jorge dos Santos. Território e memória coletiva na Amazônia paraense: breves considerações. **Gavagai**, Erechim, v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://share.google/euBf2mwBN36AkegCh>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- BOSI, A. **Dialética da colonização**. 3. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. Emissão gratuita da Certidão de Nascimento é garantida por Lei Federal. Brasília: gov.br, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/11/emissao-gratuita-da-certidao-de-nascimento-e-garantida-por-lei-federal>. Acesso em: 22 set. 2024.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BOURDIN, Alain. **A questão local**. Local: Editora, 2001.
- BURTON, Elizabeth. The World Heritage Convention at 40. **Journal of the American Planning Association**, [S. l.], v. 78, n. 4, 2012.
- CARDINI, F. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. [S. l.: s. n.], 1993.

Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CARDINI, F. Un sociologo al Santo Sepolcro. In: HALBWACHS, M. **Memorie di Terrasanta**. Venezia: Ed. Arsenale, 1988. p. vii-xxiv.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Eds.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: **Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores**, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CASAKIN, H.; RUIZ, C.; HERNÁNDEZ, B. Diferencias en el desarrollo del apego y la identidad con el lugar en residentes no nativos de ciudades de Israel y ciudades de Tenerife. **Estudios de Psicología**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 287-297, 2013.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Editora UNESP, 2001.

CIAMPA, Anônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: CODO, W.; LANE, S. T. M. (org.). **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 58-75.

CISOTTO, M. F. Sobre Topofilia, de Yi-Fu Tuan. **Geograficidade**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 94-97, 22 jul. 2013. DOI: 10.22409/geograficidade2013.32.a12868.

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana? In: SERPA, Angelo (org.). **Espaços Culturais - vivências, imaginações e representações**. Salvador: Edufba, 2008. p. 1329.

COSTA FILHO, Sidney Pery da Silva et al. **O Sítio da Patrimonial**: uma análise sobre a outra faceta do bairro gênese da cidade de Belém. 2019.

CUNHA, Marcos André Dantas da. **Tão longe, tão perto: a identidade paraense construída no discurso da mídia do sudeste brasileiro**. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 18 nov. 2011.

CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, D. A. de (Orgs.). Geografias decoloniais: outras formas de ler o mundo. Rio de Janeiro: **Consequência**, 2021.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: UFPA, 1973. v. 1. (Col. Amazônica, Série José Veríssimo).

CRUZ, Ernesto. **Ruas de Belém**: Significado histórico de suas denominações. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Geografia e turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo:

**Roca**, 2007.

DUARTE, Cristiane Rose S. Cultura, subjetividade e experiência: dinâmicas contemporâneas na arquitetura. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2020.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Pesquisa em Turismo**: planejamento, métodos e técnicas. São Paulo: Futura, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUMOND, F. Prefazione all' edizione francese (1971). *In*: HALBWACHS, M. **Memorie di Terrasanta**. Venera: Ed. Arsenale, 1988. p. xxv-xxx..

DUVIGNAUD, J. Prefácio. *In*: HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Vértice; Revista dos Tribunais, 1990. p. 9-17..

DUARTE, D. R. *et al.* Conexão entre pessoas e ambiente: uma revisão de literatura sobre topofilia. **Oculum Ensaios**, [S. l.], v. 18, e2147, [s. d.].

ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1972

ERIKSON, E. H. Crescimento e crises. In T. Millon (1979), Teorias da psicopatologia e personalidade. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Interamericana. p. 91-104.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Organizado por Michael Schröter. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

Emissão gratuita da Certidão de Nascimento é garantida por Lei Federal. **GOV.BR**, 2021. Disponível em: [Emissão gratuita da Certidão de Nascimento é garantida por Lei Federal Com a criação da Lei, país registrou queda significativa em sub-registros; assunto foi tema da redação do Enem](#). Acesso em: 22, set.2024.

FABRIS, Annateresa. **Ecletismo na arquitetura brasileira**. São Paulo: Nobel, 1993.

FERREIRA, Maura Bartolozzi. A proteção ao patrimônio natural e urbano: estudo de caso sobre a Serra do Curral, Belo Horizonte/MG. 2003. **Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, UFMG**, Belo Horizonte.

FERREIRA, L. C. Memória coletiva e identidades amazônicas: uma perspectiva decolonial do espaço. **Revista de Estudos Culturais e Geográficos**, v. 14, n. 2, p. 45-62, 2019.

FRONER, Yacy-Ara. Patrimônio cultural: tangível e intangível. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.). Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: **Annablume**, 2009. p. 91-103.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY (Orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005, p.15-24.

GARRIDO PEÑA, F. **Topofilia, paisaje y sostenibilidad del territorio**. Quaderns de Filosofia, v. 53, p. 63-75, 2014.

GIL, A. C. **Como elabora projetos de pesquisa** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLLEDGE, R.G and STIMSON, R.J. **Spatial Behavior: A Geographic Perspectiv**. New York: Guilford Press. 1997

GOLLEDGE R.G, Gale, N., PELLEGRINO, J.W. and DOHERTY, S. **Spatial Knowledge Acquisition by Children: Route Learning and Relational Distances**. Annals of Association of American Geographers 82: 223 – 244. 1992.

GURJANOVAITĖ, Kristina; BECONYTĖ, Giedrė. Mental maps as a source of geographical information. Geografija, Vilnius, v. 49, n. 1, p. 54–63, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **La memoria colectiva**. Prensas de La Universidad de Zaragoza, 2004.

HALBWACHS, Maurice: **Memória coletiva e experiência**. Psicologia USP, [S. l.], v. 4, n. 1-2, p. 285–298, 1993. DOI: 10.1590/S1678-51771993000100013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/34481>. Acesso em: 25 set. 2024.

HONDA, S. C. de A. L.; VIEIRA, M. do C.; ALBANO, M. P.; MARIA, Y. R. Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 62–73, 2015.

KOHLSDORF, Gunter Kohlsdorf. A apreensão da forma da cidade. Brasília: Editora UnB, 1996.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011.

JEPSON, D.; SHARPLEY, R. More than sense of place? Exploring the emotional dimension of rural tourism experiences. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 23, n. 8, p. 1-22, 2014.

LOBATO, Lucas Henrique Navegantes. Da Belle Époque à COP-30: a segregação e injustiça socioambiental nas reformas urbanas entre centro e baixadas de Belém. Revista **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 10, p. 01-26, 2024.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

- MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 7, n. spe, p. 51–73, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552003000500004>. Acesso em: 4 out. 2024.
- MENESES, U, T. Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma introdução**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 18, n. 2, 2010.
- MEIRA FILHO, A. *Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará*. 1a. Ed. Belém, Grafisa, 1976.
- MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- NAZARÉ DE FREITAS, A. P. O patrimônio e a encenação das identidades: uma política cultural identitária no Pará (1995-2006). **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2011. DOI: 10.9771/1983-3717pcr.v4i1.5305. Disponível em: <https://www.periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5305>. Acesso em: 9 jun. 2026.
- ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias** / Paolo Rossi; trad. Nilson Moulin. – São Paulo: Editora UNESP. 2010.
- ORTEGA VILLA, L. M. O. et al. **Caracterización del paisaje del Valle de Mexicali según sus habitantes: aproximaciones textuales a la toponímia**. *Culturales*, v. 1, n. 2, p. 55-90, 2013.
- PATETTA, L. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, A. (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.12.
- PANTOJA, Larissa Mourão. *Grandes projetos urbanos na Amazônia e a COP 30: uma análise sobre os empreendimentos Nova Doca e Nova Tamandaré, em Belém (PA)*. In: **Anais do V Diálogos Urbanos - Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano**. Belém: UNAMA, 2024.
- PICANÇO, V. M. P. A. **Em busca do processo de gentrificação em Belém-PA: os significados locais do processo para o bairro do Reduto, em período recente**. 2020. 439 p. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2020.
- PRIMO, J. **Museus, hibridação cultural e novas territorialidades**. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 46, n. 2, 24 jun. 2014.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- POCOCK, D.C.D. **The Contribution of Mental Maps in the Perception Studies**. *Geography* 64: 279 – 287. 1979.
- POPE, Catherine; MAYS, Nicholas. **Pesquisa qualitativa na atenção à saúde**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 118 p.
- PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALLES, M. C. T.; GRIGIO, A. M.; SILVA, M. R. F. Expansão urbana e Conflito ambiental: uma descrição da problemática do município de Mossoró, RN – Brasil. *Revista Sociedade & Natureza*, [S./l.], v. 25, n. 2. 2013, p. 281-290 SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SANTOS, F. A. A.; ROCHA, E. J. P. Alagamento e inundação em áreas urbanas. estudo de caso: cidade de Belém. **Revista GeoAmazônia**, [S./l.], v. 2, n. 2, p. 33-55, 2013.

SERRÃO, KARINA; BARBOSA, ANA KAROLINE. TRADIÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO BREGA PARAENSE: : A RECEPÇÃO MIDIÁTICA NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE JOVENS AMAZÔNIDAS. Puçá: **Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 72–88, 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/puca/article/view/2875>. Acesso em: 9 jun. 2026.

SILVA, Marcus & LIMA, Aline. (2021). Reconstituição espaço-temporal do Alagado do Piry de Jussara, Belém-PA: evolução e impacto na urbanização. **Revista Cerrados**. 2019. 113-139. 10.46551/rc24482692202105.

SILVA, F. J.; MARTINS, R. S. Patrimônio cultural, turismo e protagonismo social: os limites e possibilidades do turismo sustentável em centros históricos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 500-518, 2022.

SILVA, Angélica Maria da et al. (org.). Planejamento urbano. Mossoró: **EDUERN**, 2017, p. 252. (Planejamento e Gestão Territorial, Coletânea V, Tomo 2). Disponível em: <https://www.ppggeografia.ufc.br/images/documentos/C5T2.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.

SOUZA, A. M. Belém, COP 30 e o direito à cidade: megaeventos, gentrificação e exclusão socioespacial. **Revista AMPEP**, v. 7, n. 2, p. 261-280, 2025.

TAVARES, Maria Goretti da Costa; BARROS, Magaly Caldas; LINS, Ana Paula Neves; NUNES, Jonathan Rodrigues. Cidadania, Megaeventos e Roteiros Geo-Turísticos: perspectivas para a COP 30 em Belém-PA. In: **Anais do V Diálogos Urbanos - Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano**. Belém: UNAMA, 2024.

TEIXEIRA, Salete Kozel; NOGUEIRA, Amélia Regina Batista. **A GEOGRAFIA DAS REPRESENTAÇÕES E SUA APLICAÇÃO PEDAGÓGICA: CONTRIBUIÇÕES DE UMA EXPERIÊNCIA VIVIDA**. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, Brasil, v. 13, p. 239–257, 2011. DOI: 10.7154/RDG.1999.0013.0014. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/53819>. Acesso em: 2 out. 2024.

TIRAPELI, Percival. Patrimônio Arquitetônico e Urbano. Rio de Janeiro: **Editora Rio Gráfica**, 2004.

TOURINHO, Helena Lúcia Zagury; MACEDO, Ana Beatriz Fernandes de. COP-30 e Centro Histórico de Belém: análise dos investimentos públicos na orla, nas bordas e no miolo. In: **Anais do V Diálogos Urbanos - Megaeventos como Estratégia para o Desenvolvimento Urbano**. Belém: UNAMA, 2024

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente, (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: **Eduel**, 2012.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Albergue: uma proposta de turismo e sustentabilidade no Centro Histórico de Belém**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belém. 2010. 95 p.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém. 2013.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de (Orgs.). **Intervenções em centros históricos: diretrizes, sucessos e insucessos**. Barueri: Manole, 2015.